



Ministério da Educação – MEC
Universidade Federal de Pelotas - UFPEL
Pró-reitora Administrativa - PRA
Coordenação de Finanças e Contabilidade – CFC
Contadoria Geral - CONTGER

RELATÓRIO CONTÁBIL

2º Trimestre/2021

✓ *Demonstrações Contábeis*

✓ *Notas Explicativas*

1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	1
1.1 Balanço Patrimonial.....	1
1.2 Balanço Orçamentário.....	5
1.3 Balanço Financeiro	7
1.4 Demonstrações das Variações Patrimoniais	9
1.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa	11
2. NOTAS EXPLICATIVAS – ABRANGÊNCIA E CONTEÚDO	13
2.1 Estrutura Organizacional da UFPEL	13
2.2 Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis	14
2.3 Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis	14
3. NOTAS EXPLICATIVAS – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	17
3.1 Notas Explicativas do Balanço Patrimonial.....	17
3.2 Notas Explicativas do Balanço Orçamentário.....	27
3.3 Notas Explicativas do Balanço Financeiro	37
3.4 Notas Explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais	42
3.5 Notas Explicativas da Demonstração Dos Fluxos De Caixa – DFC	47

1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A análise dos dados de cada demonstrativo para elaboração das notas explicativas foi feita com base na “revisão analítica”, considerando os valores e/ou percentuais mais relevantes e a materialidade do item/conta contábil consolidados das unidades gestoras vinculadas a UFPEL, por meio da análise horizontal e vertical e interdemonstrativos (identificação da contrapartida dos registros - análise cruzada).

1.1 Balanço Patrimonial

ATIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2º tri 2021	4º tri 2020
ATIVO CIRCULANTE		71.185.599,66	67.799.127,14
Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>01</u>	63.859.983,28	58.347.197,38
Créditos a Curto Prazo		6.645.576,07	8.869.037,88
Clientes		5.619,82	5.619,82
Demais Créditos e Valores		6.639.956,25	8.863.418,06
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-	-
Estoques	<u>02</u>	655.664,44	554.465,12
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda		-	-
VPDs Pagas Antecipadamente		24.375,87	28.426,76
ATIVO NÃO CIRCULANTE		671.455.870,47	664.315.864,53
Ativo Realizável a Longo Prazo		-	-
Estoques		-	-
Investimentos		97.346,71	97.346,71
Participações Permanentes		97.346,71	97.346,71
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial		97.346,71	97.346,71
Propriedades para Investimento		-	-
Propriedades para Investimento		-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos		-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos		-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo		-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS		-	-
Demais Investimentos Permanentes		-	-
Demais Investimentos Permanentes		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.		-	-
Imobilizado	<u>03</u>	670.889.335,19	663.749.329,25
Bens Móveis		162.714.760,23	159.005.718,46
Bens Móveis		176.850.614,88	173.141.573,11
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-14.135.854,65	-14.135.854,65
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-	-
Bens Imóveis		508.174.574,96	504.743.610,79
Bens Imóveis		515.238.139,82	511.870.652,05
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-7.063.564,86	-7.127.041,26
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-	-



Intangível	04	469.188,57	469.188,57
Softwares		469.188,57	469.188,57
Softwares		469.188,57	469.188,57
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-	-
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.		-	-
Direitos de Uso de Imóveis		-	-
Direitos de Uso de Imóveis		-	-
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis		-	-
Diferido		-	-
TOTAL DO ATIVO		742.641.470,13	732.114.991,67

PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2° tri 2021	4° tri 2020
PASSIVO CIRCULANTE		177.906.551,37	203.354.496,55
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		56.621.831,23	59.043.624,97
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	05	3.009.239,97	1.432.116,18
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		4.031,76	4.031,76
Obrigações de Repartição a Outros Entes		224.676,40	-
Provisões a Curto Prazo		-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo		118.046.772,01	142.874.723,64
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		4.842.408,00	5.326.648,80
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo		-	-
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		4.842.408,00	5.326.648,80
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		-	-
Provisões a Longo Prazo		-	-
Demais Obrigações a Longo Prazo		-	-
Resultado Diferido		-	-
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		182.748.959,37	208.681.145,35
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
ESPECIFICAÇÃO		2° tri 2021	4° tri 2020
Patrimônio Social e Capital Social		-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		-	-
Reservas de Capital		-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-



Reservas de Lucros		-	-
Demais Reservas		-	-
Resultados Acumulados		559.892.510,76	523.433.846,32
Resultado do Exercício		36.540.776,53	-7.901.973,17
Resultados de Exercícios Anteriores		523.433.846,32	524.653.641,00
Ajustes de Exercícios Anteriores	06	-82.112,09	6.682.178,49
(-) Ações / Cotas em Tesouraria		-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		559.892.510,76	523.433.846,32
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		742.641.470,13	732.114.991,67

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2º tri 2021	4º tri 2020	ESPECIFICAÇÃO	2º tri 2021	4º tri 2020
ATIVO FINANCEIRO	63.859.983,28	58.347.197,38	PASSIVO FINANCEIRO	303.353.716,19	87.718.070,75
ATIVO PERMANENTE	678.781.486,85	673.767.794,29	PASSIVO PERMANENTE	118.869.336,07	155.330.998,28
			SALDO PATRIMONIAL	320.418.417,87	489.065.922,64

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	2º tri 2021	4º tri 2020	ESPECIFICAÇÃO	NE	2º tri 2021	4º tri 2020
Saldo dos Atos Potenciais Ativos			Saldo dos Atos Potenciais Passivos			
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	70.647.564,23	70.882.535,16	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		132.402.558,70	119.346.313,62
Atos Potenciais Ativos	70.647.564,23	70.882.535,16	Atos Potenciais Passivos		132.402.558,70	119.346.313,62
Garantias e Contragarantias Recebidas	8.373.186,50	8.008.796,97	Garantias e Contragarantias Concedidas		-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneros	61.465.511,69	62.108.465,19	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Cong.		6.261.169,75	6.901.816,04
Direitos Contratuais	808.866,04	765.273,00	Obrigações Contratuais	07	126.141.388,95	112.444.497,58
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos		-	-
TOTAL	70.647.564,23	70.882.535,16	TOTAL		132.402.558,70	119.346.313,62



DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-189.594.212,69
Recursos Vinculados	-49.899.520,22
Educação	-196.880,70
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-29.808.955,48
Previdência Social (RPPS)	-18.579.238,90
Dívida Pública	-2.653.543,39
Alienação de Bens e Direitos	25.170,00
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.313.928,25
TOTAL	-239.493.732,91

1.2 Balanço Orçamentário

Período: 2º trimestre 2021

RECEITA					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	09	2.657.847,00	2.657.847,00	879.902,01	-1.777.944,99
Receitas Tributárias		-	-	-	-
Impostos		-	-	-	-
Taxas		-	-	-	-
Contribuições de Melhoria		-	-	-	-
Receitas de Contribuições		-	-	-	-
Contribuições Sociais		-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.		-	-	-	-
Receita Patrimonial		366.933,00	366.933,00	136.867,88	-230.065,12
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		356.847,00	356.847,00	124.861,39	-231.985,61
Valores Mobiliários		10.086,00	10.086,00	12.006,49	1.920,49
Delegação de Serviços Públicos		-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais		-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível		-	-	-	-
Cessão de Direitos		-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais		-	-	-	-
Receita Agropecuária		8.000,00	8.000,00	11.888,00	3.888,00
Receita Industrial		-	-	-	-
Receitas de Serviços		2.097.440,00	2.097.440,00	705.167,74	-1.392.272,26
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		2.097.440,00	2.097.440,00	705.087,74	-1.392.352,26
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte		-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde		-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras		-	-	-	-
Outros Serviços		-	-	80,00	80,00
Transferências Correntes		124.000,00	124.000,00	16.400,00	-107.600,00
Outras Receitas Correntes		61.474,00	61.474,00	9.578,39	-51.895,61
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais		61.474,00	61.474,00	4.965,63	-56.508,37
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		-	-	4.612,76	4.612,76
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público		-	-	-	-
Demais Receitas Correntes		-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL		352.080.348,00	352.080.348,00	-	-352.080.348,00
Operações de Crédito		350.954.957,00	350.954.957,00	-	-350.954.957,00
Operações de Crédito Internas		350.954.957,00	350.954.957,00	-	-350.954.957,00
Operações de Crédito Externas		-	-	-	-
Alienação de Bens		144.150,00	144.150,00	-	-144.150,00
Alienação de Bens Móveis		144.150,00	144.150,00	-	-144.150,00
Alienação de Bens Imóveis		-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis		-	-	-	-
Amortização de Empréstimos		-	-	-	-
Transferências de Capital		981.241,00	981.241,00	-	-981.241,00
Outras Receitas de Capital		-	-	-	-
Integralização do Capital Social		-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil		-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional		-	-	-	-
Demais Receitas de Capital		-	-	-	-



SUBTOTAL DE RECEITAS		354.738.195,00	354.738.195,00	879.902,01	-353.858.292,99
REFINANCIAMENTO		-	-	-	-
Operações de Crédito Internas		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
Operações de Crédito Externas		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		354.738.195,00	354.738.195,00	879.902,01	-353.858.292,99
DEFICIT	10			619.061.241,77	619.061.241,77
TOTAL		354.738.195,00	354.738.195,00	619.941.143,78	265.202.948,78
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM SUPERAVIT FINANCEIRO		-	-	-	-
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM EXCESSO DE ARRECADAÇÃO		-	-	-	-

DESPESA							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		846.475.783,00	846.178.951,00	619.462.435,55	399.428.749,49	336.502.929,85	226.716.515,45
Pessoal e Encargos Sociais		754.973.839,00	754.987.462,00	552.648.625,91	357.334.127,07	300.222.698,95	202.338.836,09
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		91.501.944,00	91.191.489,00	66.813.809,64	42.094.622,42	36.280.230,90	24.377.679,36
DESPESAS DE CAPITAL		2.600.826,00	2.911.281,00	478.708,23	209.545,88	197.472,77	2.432.572,77
Investimentos		2.600.826,00	2.911.281,00	478.708,23	209.545,88	197.472,77	2.432.572,77
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	11	849.076.609,00	849.090.232,00	619.941.143,78	399.638.295,37	336.700.402,62	229.149.088,22
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		849.076.609,00	849.090.232,00	619.941.143,78	399.638.295,37	336.700.402,62	229.149.088,22
TOTAL		849.076.609,00	849.090.232,00	619.941.143,78	399.638.295,37	336.700.402,62	229.149.088,22

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - NE 12

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	2.618.525,88	12.198.232,54	9.788.213,28	9.565.667,27	82.052,97	5.169.038,18
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.618.525,88	12.198.232,54	9.788.213,28	9.565.667,27	82.052,97	5.169.038,18
DESPESAS DE CAPITAL	12.502.544,13	7.048.621,13	5.204.083,36	5.109.529,39	122.329,59	14.319.306,28
Investimentos	12.502.544,13	7.048.621,13	5.204.083,36	5.109.529,39	122.329,59	14.319.306,28
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	15.121.070,01	19.246.853,67	14.992.296,64	14.675.196,66	204.382,56	19.488.344,46



ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	90.372,41	52.768.273,44	52.486.953,54	-	371.692,31
Pessoal e Encargos Sociais	-	48.603.182,20	48.603.182,20	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	90.372,41	4.165.091,24	3.883.771,34	-	371.692,31
DESPESAS DE CAPITAL	7.310,75	283.613,99	239.047,44	-	51.877,30
Investimentos	7.310,75	283.613,99	239.047,44	-	51.877,30
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	97.683,16	53.051.887,43	52.726.000,98	-	423.569,61

1.3 Balanço Financeiro

INGRESSOS			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2º tri 2021	2º tri 2020
Receitas Orçamentárias		879.902,01	908.294,71
Ordinárias		-	-
Vinculadas		880.898,41	930.162,16
Educação			8.150,90
Previdência Social (RPPS)		-	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		880.898,41	922.011,26
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-996,40	-21.867,45
Transferências Financeiras Recebidas		431.307.466,89	437.809.795,87
Resultantes da Execução Orçamentária		417.186.838,39	418.722.614,79
Repasse Recebido		396.664.174,14	398.555.941,92
Sub-repasse Recebido		20.522.664,25	20.166.672,87
Independentes da Execução Orçamentária		14.120.628,50	19.087.181,08
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		13.104.172,72	17.956.124,15
Demais Transferências Recebidas		9.880,00	
Movimentação de Saldos Patrimoniais		1.006.575,78	1.131.056,93
Aporte ao RPPS		-	-
Aporte ao RGPS		-	-
Recebimentos Extraorçamentários		283.856.432,46	370.325.312,11
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		62.937.892,75	63.295.176,79
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		220.302.848,41	306.699.751,88
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		60.099,41	78.625,46
Outros Recebimentos Extraorçamentários		555.591,89	251.757,98
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		2.694,52	66.002,50
Restituições a Pagar			458,00
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior			0,02
Arrecadação de Outra Unidade		552.897,37	185.295,46
Demais Recebimentos			2,00
Saldo do Exercício Anterior		58.347.197,38	58.519.452,89
Caixa e Equivalentes de Caixa		58.347.197,38	58.519.452,89
TOTAL	13	774.390.998,74	867.562.855,58



DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2º tri 2021	2º tri 2020
Despesas Orçamentárias		619.941.143,78	710.347.902,88
Ordinárias		425.926.147,04	468.259.952,41
Vinculadas		194.014.996,74	242.087.950,47
Educação		3.887.277,92	4.867.756,49
Seguridade Social (Exceto Previdência)		131.628.433,97	108.046.622,89
Previdência Social (RPPS)		58.365.302,34	125.548.712,40
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		133.982,51	3.624.858,69
Transferências Financeiras Concedidas		23.126.364,59	21.958.984,77
Resultantes da Execução Orçamentária		20.533.484,35	20.172.276,61
Repasse Concedido		4.313,88	5.603,74
Sub-repasse Concedido		20.522.664,25	20.166.672,87
Repasse Devolvido		6.506,22	
Independentes da Execução Orçamentária		2.592.880,24	1.786.708,16
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		2.014.126,13	1.552.665,07
Demais Transferências Concedidas		24.946,74	39.945,33
Movimento de Saldos Patrimoniais		553.807,37	194.097,76
Aporte ao RPPS		-	-
Aporte ao RGPS		-	-
Pagamentos Extraorçamentários		67.463.507,09	73.339.170,03
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		52.726.000,98	57.253.253,75
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		14.675.196,66	15.974.516,69
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		62.309,45	111.399,59
Outros Pagamentos Extraorçamentários		-	-
Saldo para o Exercício Seguinte		63.859.983,28	61.916.797,90
Caixa e Equivalentes de Caixa		63.859.983,28	61.916.797,90
TOTAL	14	774.390.998,74	867.562.855,58

1.4 Demonstrações das Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	NE	2º tri 2021	2º tri 2020
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	15	480.710.020,32	461.863.698,91
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria			
Impostos		-	-
Taxas		-	-
Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições			
Contribuições Sociais		-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		842.003,53	776.243,25
Venda de Mercadorias		13.900,00	13.811,00
Vendas de Produtos		-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		828.103,53	762.432,25
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		12.034,27	9.846,59
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		-	-
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		12.034,27	9.846,59
Aportes do Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Recebidas		433.357.960,75	438.679.294,01
Transferências Intragovernamentais		431.307.466,89	437.809.795,87
Transferências Intergovernamentais		-	63.000,00
Transferências das Instituições Privadas		16.400,00	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		2.034.093,86	806.498,14
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		45.935.546,01	22.161.940,11
Reavaliação de Ativos		-	-
Ganhos com Alienação		-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		-	5.603,77
Ganhos com Desincorporação de Passivos		45.935.546,01	22.156.336,34
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		562.475,76	236.374,95
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	-
Resultado Positivo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		562.475,76	236.374,95
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	16	444.169.243,79	461.289.304,18
Pessoal e Encargos		251.438.137,05	244.583.741,78
Remuneração a Pessoal		198.969.097,41	194.437.242,58
Encargos Patronais		44.431.461,50	41.865.835,26
Benefícios a Pessoal		8.037.578,14	8.280.663,94
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		123.290.092,41	121.274.525,88
Aposentadorias e Reformas		102.095.809,16	101.305.189,65



Pensões	17.290.042,43	16.086.437,70
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	3.904.240,82	3.882.898,53
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	27.381.802,08	29.270.198,00
Uso de Material de Consumo	2.205.442,74	3.173.387,44
Serviços	24.942.584,65	25.597.036,24
Depreciação, Amortização e Exaustão	233.774,69	499.774,32
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	802.977,85	510.689,97
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	528.788,90	356.198,15
Variações Monetárias e Cambiais	274.102,55	154.491,82
Descontos Financeiros Concedidos	86,40	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	24.035.042,21	37.257.274,52
Transferências Intragovernamentais	23.126.364,59	21.958.984,77
Transferências Intergovernamentais	825.000,00	14.936.580,98
Transferências a Instituições Privadas	83.677,62	69.467,85
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	1.656,56
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	290.584,36
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	9.191.450,18	21.275.743,52
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	6.899,92	-
Incorporação de Passivos	9.176.257,59	21.268.830,89
Desincorporação de Ativos	8.292,67	6.912,63
Tributárias	11.109,48	46.443,58
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.319,47	1.719,20
Contribuições	9.790,01	44.724,38
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	8.018.632,53	7.070.686,93
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	8.016.931,69	7.062.422,34
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	1.700,84	8.264,59
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	17	36.540.776,53
		574.394,73



1.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	NE	2º tri 2021	2º tri 2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		11.058.835,50	7.889.622,27
INGRESSOS	<u>19</u>	432.800.365,68	438.982.471,52
Receita Tributária		-	-
Receita de Contribuições		-	-
Receita Patrimonial		124.861,39	167.683,02
Receita Agropecuária		11.888,00	12.120,00
Receita Industrial		-	-
Receita de Serviços		705.167,74	596.440,23
Remuneração das Disponibilidades		12.006,49	10.245,93
Outras Receitas Derivadas e Originárias		9.578,39	58.805,53
Transferências Recebidas		16.400,00	63.000,00
Intergovernamentais		-	63.000,00
Dos Estados e/ou Distrito Federal		-	-
Dos Municípios		-	63.000,00
Intragovernamentais		-	-
Outras Transferências Recebidas		16.400,00	-
Outros Ingressos Operacionais		431.920.463,67	438.074.176,81
Ingressos Extraorçamentários		60.099,41	78.625,46
Restituições a Pagar		-	458,00
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		-	0,02
Transferências Financeiras Recebidas		431.307.466,89	437.809.795,87
Arrecadação de Outra Unidade		552.897,37	185.295,46
Demais Recebimentos		-	2,00
DESEMBOLSOS	<u>20</u>	-421.741.530,18	-431.092.849,25
Pessoal e Demais Despesas		-353.906.881,16	-356.101.789,22
Legislativo		-	-
Judiciário		-	-
Essencial à Justiça		-	-
Administração		-	-
Defesa Nacional		-	-
Segurança Pública		-	-
Relações Exteriores		-	-
Assistência Social		-	-
Previdência Social		-109.619.913,06	-108.306.816,26
Saúde		-226.896,44	-4.549.862,58
Trabalho		-	-
Educação		-243.101.609,94	-243.035.464,48
Cultura		-	-
Direitos da Cidadania		-	-
Urbanismo		-	-
Habitação		-	-
Saneamento		-	-
Gestão Ambiental		-740.459,46	-43.931,44
Ciência e Tecnologia		-	-
Agricultura		-	-
Organização Agrária		-	-
Indústria		-	-
Comércio e Serviços		-	-
Comunicações		-	-
Energia		-	-
Transporte		-	-
Desporto e Lazer		-	-
Encargos Especiais		-220.696,78	-231.716,96
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		2.694,52	66.002,50
Juros e Encargos da Dívida		-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		-	-
Outros Encargos da Dívida		-	-



Transferências Concedidas		-44.645.974,98	-52.920.675,67
Intergovernamentais		-	-
A Estados e/ou Distrito Federal		-	-
A Municípios		-	-
Intragovernamentais		-43.939.311,63	-41.563.481,24
Outras Transferências Concedidas		-706.663,35	-11.357.194,43
Outros Desembolsos Operacionais		-23.188.674,04	-22.070.384,36
Dispêndios Extraorçamentários		-62.309,45	-111.399,59
Transferências Financeiras Concedidas		-23.126.364,59	-21.958.984,77
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-5.546.049,60	-4.492.277,26
INGRESSOS		-	-
Alienação de Bens		-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Outros Ingressos de Investimentos		-	-
DESEMBOLSOS		-5.546.049,60	-4.492.277,26
Aquisição de Ativo Não Circulante		-5.546.049,60	-4.492.277,26
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-	-
Outros Desembolsos de Investimentos		-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	-
INGRESSOS		-	-
Operações de Crédito		-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes		-	-
Transferências de Capital Recebidas		-	-
Outros Ingressos de Financiamento		-	-
DESEMBOLSOS		-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida		-	-
Outros Desembolsos de Financiamento		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	18	5.512.785,90	3.397.345,01
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		58.347.197,38	58.519.452,89
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		63.859.983,28	61.916.797,90

2. NOTAS EXPLICATIVAS – ABRANGÊNCIA E CONTEÚDO

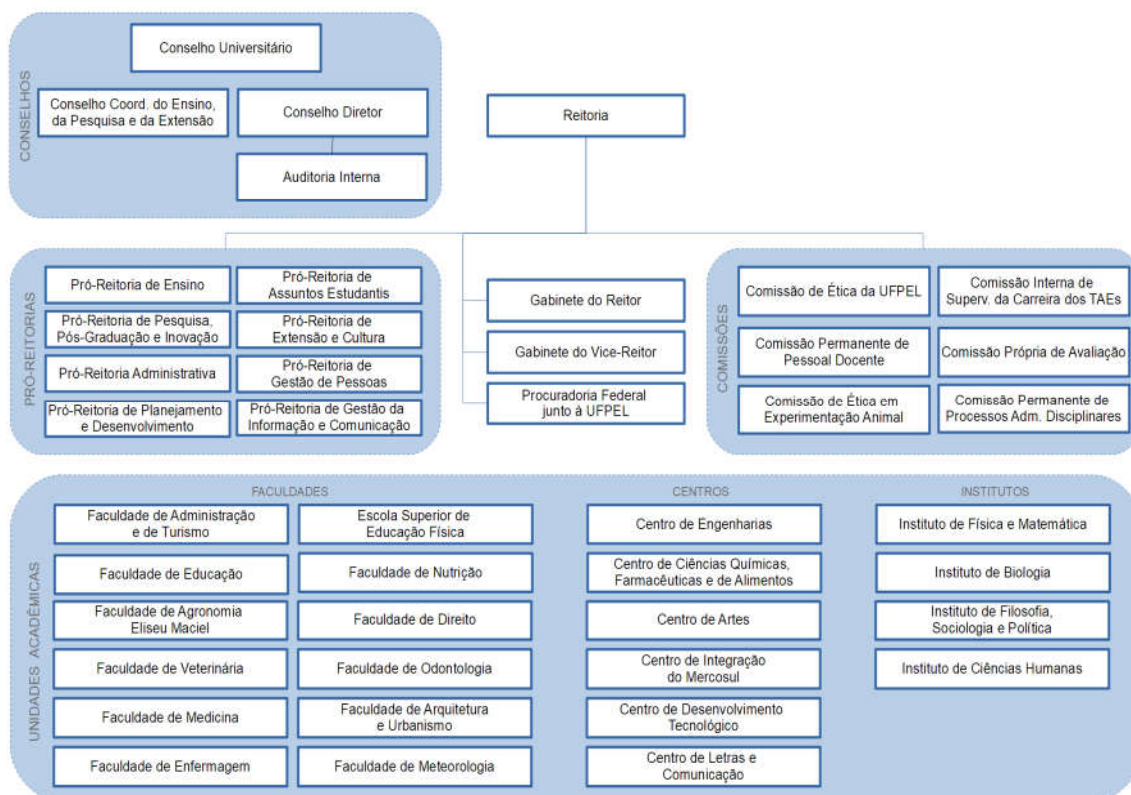
2.1 Estrutura Organizacional da UFPEL

A estrutura organizacional da Universidade Federal de Pelotas está prevista no seu Estatuto e Regimento. Compõem a Universidade a Administração Superior, as Unidades Universitárias e os Órgãos Suplementares.

Os órgãos da Administração Superior da Universidade são o Conselho Diretor da Fundação (CONDIR), o Conselho Universitário (CONSUN), o Conselho Coordenador do Ensino e da Pesquisa e da Extensão (COCEPE) e a Reitoria. O Conselho Universitário é o órgão supremo da Universidade, com funções normativa, consultiva e deliberativa. Já Conselho Diretor que se constitui em órgão angariador de recursos, supervisor da gestão econômico-financeira e responsável principal pelas relações entre a Universidade e a Comunidade. O COCEPE é órgão central de supervisão do ensino e da pesquisa com funções consultiva, normativa e deliberativa.

No que tange a Reitoria, exercida pelo Reitor, é o órgão executivo central, que coordena, fiscaliza e superintende as atividades universitárias, cabendo-lhe a competência que não seja privativa dos demais órgãos. Esta unidade compreende os Gabinete do Reitor e Vice-Reitor, as Pró-Reitorias e também as Comissões. Ressalta-se, que a UFPEL criou no ano de 2018, através da Resolução nº 10, de 22 de agosto de 2018 do CONSUN, o Conselho de Planejamento da UFPEL (COPLAN). Este novo Conselho é constituído como órgão consultivo e propositivo da Universidade e se responsabiliza por refletir e planejar o futuro da instituição. Por fim, as unidades acadêmicas são organizadas em Faculdades e Escolas, Institutos ou Centros e são onde os departamentos e cursos, tanto de graduação como pós-graduação, estão localizados e onde as atividades finalísticas (ensino, pesquisa, extensão e o desenvolvimento tecnológico) da instituição são desenvolvidas. A Figura 1, abaixo, apresenta uma visão geral do organograma com a estrutura organizacional do Órgão.

Figura 1 – Estrutura organizacional da Universidade Federal de Pelotas



Fonte: <http://portal.ufpel.edu.br/organograma/>

2.2 Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

Elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as DCON consolidam as contas das Unidades Gestoras da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e do Hospital Escola da UFPEL (HE).

As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF)
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e;
- VI. Notas Explicativas (NE)

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Dessa forma, no BF, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa;

2.3 Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União e por consequência na UFPEL, tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP.

(a) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

(c) Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros.

É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

(d) Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinados à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais da União. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

(e) Estoques

Compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

(f) Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários; e (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

(g) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

(h) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

(i) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens Móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

(j) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

(k) Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

(l) Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.

(m) Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados: Patrimonial, Orçamentário e Financeiro.

(1) Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD) constantes da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP). Essa, evidencia as alterações (mutações) ocorridas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício que passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para UFPEL e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para UFPEL, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após esse processo, o resultado obtido é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício, evidenciada no Patrimônio Líquido do órgão. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na DVP. Com função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado, o resultado patrimonial apurado não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais do órgão.

(2) Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas, não se computando, portanto, as despesas liquidadas e as despesas pagas, em atendimento ao art. 35 supracitado. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O déficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário; enquanto que o superávit é apresentado junto às despesas.

As colunas de "Previsão Inicial" e "Previsão Atualizada" da Receita conterão os valores correspondentes às receitas próprias ou os decorrentes de recursos vinculados a despesas específicas, fundo ou órgão, consignados na LOA.

(3) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do órgão. Pelo Balanço Financeiro (BF), é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Esse resultado não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial. Pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), que apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

A DFC permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Sua análise permite a comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo: a parcela dos recursos utilizada para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

3. NOTAS EXPLICATIVAS – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.1 Notas Explicativas do Balanço Patrimonial

Nota 01 – Caixa e Equivalente de Caixa

O grupo de contas com maior relevância no Ativo Circulante é “Caixa e Equivalente de Caixa”. Nesse grupo estão registrados os valores em caixa, bancos, bem como equivalentes e representam recursos com livre movimentação para aplicações nas operações da entidade e para os quais não haja restrições de uso imediato.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do grupo de conta Caixa e Equivalente de Caixa:

Tabela 1 – Caixa e Equivalente de Caixa – Composição R\$ 1,00

Conta Contábil	2º TRI 2021	4º TRI 2020	AH%
RECURSOS DA CONTA UNICA APLICADOS	312.449,15	327.067,45	(4,47)
DEMAIS CONTAS - BANCO DO BRASIL	1.530,00	1.530,00	0,00
DEMAIS CONTAS - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	196.836,44	197.572,66	(0,37)
LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO - OFSS	3.763.569,19	5.778.831,72	(34,87)
LIM DE SAQUE C/VINC.PAGTO- ORDEM PAGTO - OFSS	59.585.598,50	52.042.195,55	14,49
Total	63.859.983,28	58.347.197,38	9,45

Fonte: Tesouro Gerencial 2021

De acordo com a tabela 1, a conta contábil “Limite de Saque Com Vinculação de Pagamento – Ordem de Pcto. OFSS” representa 93,31% dos recursos financeiros que compõe o grupo “Caixa e Equivalente de Caixa”. Esse volume significativo de financeiro está vinculado principalmente ao recebimento de recursos

para pagamento de folha de pessoal do mês de junho, que devido à nova sistemática de emissão de ordens de pagamento (OP) implementadas em 2018, a efetivação do pagamento, isto é, a emissão de ordem bancária (OB) ocorre no dia posterior ao da ordem de pagamento (OP).

Ao final do 2º trimestre de 2021 houve aumento no saldo do grupo de contas “Caixa e Equivalente de Caixa” de aproximadamente 9,45%, gerando impacto positivo de cerca de R\$ 5,5 milhões, fato atribuído pelo aumento na conta “Limite de Saque Com Vinculação de Pagamento – OFSS” que encerrou o 2º Trimestre de 2021 com variação positiva de R\$ 7,5 milhões. Tal situação decorre principalmente do recebimento de recursos financeiros vinculados ao pagamento de pessoal. Tendo em vista que a 1ª parcela do 13º salário é paga no mês de junho, esse evento contribuiu para elevação do saldo da conta “Limite de Saque Com Vinculação de Pagamento – OFSS”.

Nota 02 – Estoques

Os estoques são ativos, podendo assumir várias formas e serem mantidos para determinados fins. No caso da UFPEL, os estoques estão na forma de materiais ou suprimentos a serem consumidos ou empregados na prestação de serviços.

Os estoques são mensurados pelo valor de custo histórico. Neste sentido, os bens do almoxarifado são mensurados pelo preço médio ponderado das compras, em conformidade com o inciso III do art. 106 da Lei 4.320/1964.

A UFPEL ao final do 2º trimestre de 2021 apresenta saldo de aproximadamente R\$ 655 mil em itens de estoques. Na tabela a seguir, é apresentada a composição do grupo da conta Estoques:

Tabela 2 – Estoques – Composição - R\$

UG EXECUTORA	MATERIAIS DE CONSUMO	2º TRI 2021	4º TRI 2020	AH%
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	GENEROS DE ALIMENTACAO	1.345,69	2.920,03	(53,92)
	MATERIAL QUIMICO	58.933,28	57.761,06	2,03
	MATERIAL DE EXPEDIENTE	169.353,04	181.243,46	(6,56)
	MATERIAL DE TIC - MATERIAL DE CONSUMO	20.859,83	19.879,15	4,93
	MATERIAL DE COPA E COZINHA	595,65	749,93	(20,57)
	MATERIAL DE LIMPEZA E PROD. DE HIGIENIZACAO	269.773,28	232.673,57	15,94
	MATERIAL P/ MANUT.DE BENS IMOVEIS/INSTALACOES	70,00	70,00	0,00
	MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO	5.587,37	5.840,10	(4,33)
	MATERIAL DE PROTECAO E SEGURANCA	71.935,39	51.449,33	39,82
	MATERIAL HOSPITALAR	43.318,87	-	-
	MATERIAL DE SINALIZACAO VISUAL E OUTROS	13.892,04	-	-
TOTAL		655.664,44	552.586,63	18,65

Fonte: Tesouro Gerencial 2021

De acordo com a tabela 2, o saldo contábil dos estoques variou positivamente 18,65% no final do 2º trimestre de 2021 em relação ao final do 4º trimestre de 2020. Dentre os materiais de consumo que influenciaram a elevação nos saldos dos estoques, destaca-se os itens que compõe o “Material de Limpeza e Prod. de higienização”, cujo o aumento é de 15,94%.

Destaca-se também, as aquisições com material de proteção e segurança, cuja elevação no período é de 39,82%. Nesta conta corrente registram as despesas com materiais de consumo utilizados diretamente na proteção de pessoas ou bens públicos. A principal aquisição nesse grupo, foi 15.000 unidades de máscaras de proteção do tipo N95.

Além dos materiais de proteção e segurança, os itens que compõem a conta contábil de “Material Hospitalar” apresentaram saldo ao final do 2º trimestre de 2021, o que contribuiu para a elevação do saldo de estoque. Tais aquisições estão relacionadas, sobretudo, a aquisição de aventais e termômetro clínico.

Nota 03 – Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 30/06/2021 a Universidade Federal de Pelotas registrou um saldo aproximado de R\$ 670 milhões relacionados a ativo imobilizado, desse total, 75,75% estão alocados em bens imóveis e 24,25% em bens móveis.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado no 2º trimestre de 2021 e 4º trimestre de 2020.

Tabela 3 – Imobilizado – Composição R\$ 1,00

IMOBILIZADO	2º TRI 2021	4º TRI 2020	AH%
Bens Móveis	162.714.760,23	159.005.718,46	2,33
(+) Valor Bruto Contábil	176.850.614,88	173.141.573,11	2,14
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-14.135.854,65	-14.135.854,65	0,00
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	-
Bens Imóveis	508.174.574,96	504.743.610,79	0,68
(+) Valor Bruto Contábil	515.238.139,82	511.870.652,05	0,66
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-7.063.564,86	-7.127.041,26	-0,89
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	-
Total	670.889.335,19	663.749.329,25	1,08

Fonte: SIAFI 2021.

Com base na tabela 3, houve aumento no saldo do imobilizado da ordem de 1,08%, o que representa um acréscimo líquido de aproximadamente R\$ 7,1 milhões ao final do 2º trimestre de 2021 em relação ao 4º trimestre de 2020. Tal elevação, está relacionada, sobretudo, com aquisição de bens móveis, dado que esse grupo de ativos apresenta variação positiva de 2,14% no período. A seguir, o grupo de bens móveis é melhor detalhado.

Bens Móveis

Os bens móveis contabilizados no órgão em 31/03/2021 totalizaram um valor bruto contábil de aproximadamente R\$ 175 milhões, um acréscimo da ordem de 1,10% em relação ao 4º trimestre de 2020 e estão detalhados nas contas contábeis conforme tabela a seguir.

Tabela 4 – Bens Móveis – Composição – composição R\$ 1,00

BENS MÓVEIS	2º TRI 2021	4º TRI 2020	AH%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	87.877.751,75	86.362.099,15	1,75
Bens de Informática	33.438.321,05	32.230.079,49	3,75
Móveis e Utensílios	20.172.137,41	19.223.130,11	4,94
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	13.633.478,03	13.304.241,60	2,47
Veículos	9.222.333,39	9.209.833,39	0,14
Peças e Conjuntos de Reposição	1.850,00	1.850,00	0,00
Bens Móveis em Andamento	6.218.296,42	6.218.296,42	0,00
Armamentos	3.670,01	3.670,01	0,00
Semoventes e Equipamentos de Montaria	105.066,65	105.066,65	0,00
Demais Bens Móveis	6.177.710,17	6.483.306,29	-4,71
Depreciação / Amortização Acumulada	(14.135.854,65)	(14.135.854,65)	0,00
TOTAL	162.714.760,23	159.005.718,46	2,33

Fonte: TESOURO GERENCIAL 2021

Em relação a tabela 4, observa-se uma variação positiva de 2,33% no saldo líquido dos bens móveis ao final do 2º trimestre de 2021. Esse aumento é influenciado principalmente, pelas contas "Máquinas,

Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas” e “Bens de Informática”, cuja soma de seus saldos apresentam um acréscimo de aproximadamente R\$ 2,7 milhões ao final de junho de 2021.

Ao verificar a elevação de 1,75% no saldo contábil da conta “Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas”, verifica-se que foi influenciada, principalmente, pelo ingresso de equipamentos e utensílio médicos, odontológicos e hospitalar. Nestes itens, registra-se um aumento de cerca de R\$ 945 mil, sendo que aproximadamente 70% desse saldo provém de bens recebidos sob o regime de comodato oriundos de fundações de apoio com as quais a UFPEL desenvolve pesquisas e projetos.

No que tange a depreciação dos bens móveis, esta segue praticamente sem variação no período, visto que o sistema patrimonial utilizado pelo Órgão para registro dos bens móveis não efetua o cálculo de depreciação adequadamente. No exercício de 2015 foram registrados os últimos lançamentos de depreciação e nos anos posteriores não houve evidenciação, devido as falhas do sistema de registro patrimonial ao gerar as informações de depreciação dos bens móveis.

Em novembro de 2018 o Ministério do Planejamento institui a obrigatoriedade de utilização do Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS) para todos os órgãos da administração pública federal através da Portaria nº 385, de 28/11/2018, D.O.U 29/11/2018, seção I, página 85. Conforme Portaria, as Autarquias, Fundações e Empresas Públicas têm o prazo de dois anos para implantação do referido sistema.

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da Universidade Federal de Pelotas em 30/06/2021 totalizaram aproximadamente R\$ 508 milhões e estão elencados nas contas contábeis conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 5 - Bens Imóveis – Composição R\$

BENS IMÓVEIS	2º TRI 2021	4º TRI 2020	AH%
Bens de Uso Especial	466.195.275,06	463.707.814,99	0,54
Bens Imóveis em Andamento	48.696.397,73	47.857.685,97	1,75
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	0,00	297.251,09	(100,00)
Instalações	346.467,03	7.900,00	4.285,66
Deprec./Acum./Amort. Acum. - Bens Imóveis	(7.063.564,86)	(7.127.041,26)	(0,89)
TOTAL	508.174.574,96	504.743.610,79	0,68

Fonte: Tesouro Gerencial 2021

Com base na tabela 5, o saldo dos bens imóveis variaram positivamente 0,68% ao final do 2º trimestre de 2021 em comparação ao final do exercício de 2020. Isso representou um impacto de aproximadamente R\$ 3,4 milhões ao final do 2º trimestre de 2021. Entres as contas de maior relevância neste grupo, destaca-se “Bens de Uso Especial” perfazendo um montante aproximado de R\$ 466 milhões, o que corresponde a 91,74% do valor total dos bens imóveis registrados. Tal valor, refere-se a um total de 44 propriedades entre terrenos, prédios, museus, fazendas, e demais bens imóveis destinados às atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFPEL.

No que concerne a conta “Bens Imóveis em Andamento”, cujo saldo corresponde as obras em andamento, projetos e instalações, essa tem representatividade de 9,58% do saldo dos bens imóveis ao término do 2º trimestre de 2021. Nesse período, a conta de “Bens Imóveis em Andamento” apresentou uma elevação no seu saldo de 1,75%, tendo como principal fator, a execução da obra de reforma do auditório da FAEM, em que já foram investidos aproximadamente R\$ 1,8 milhão entre o final de 2020 e o 2º trimestre de 2021.

Ainda sobre o saldo da conta “Bens Imóveis em Andamento”, esse está subavaliado. Isso porque em virtude da obra de reforma da cobertura do prédio denominado “Laneira” que é executada na unidade gestora do Hospital Escola, foi empenhada na despesa do grupo de despesa correntes ao invés de investimentos. Isso ocasionou reflexo na Demonstração das Variações Patrimoniais, especificamente, na variação patrimonial diminutiva (VPD) de serviços no momento da liquidação de despesa, ou seja, pela execução da referida obra. Em razão disso, a VPD de serviços encontra-se superavaliada em aproximadamente R\$ 15,6 mil e o saldo da conta “Bens imóveis em andamento” referente aos bens imóveis no Balanço Patrimonial subavaliada pelo mesmo valor.

(a) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão.

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

(a.1) Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

(a.2) Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

A UFPEL não avaliou se houve qualquer indicação de que um ativo possa ter o seu valor reduzido ao valor recuperável, sem possibilidade de reversão desta perda em um futuro próximo até a data base de 30/06/2021.

A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor seguiram as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas de forma mais detalhada no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN (www.tesouro.gov.br).

(a.3) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

(a.4) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o

Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$K_d = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

K_d = coeficiente de depreciação

n = vida útil da aquisição

x = vida útil transcorrida da aquisição

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Nota 04 – Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva em que foram incorridos, exceto nos gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis, controláveis, dentre outros.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) definiu que o reconhecimento, mensuração e evidência de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortizações, reavaliação e redução ao valor recuperável terão o prazo para implantação desses procedimentos até 31/03/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

Em 30/06/2021, a UFPEL apresentou um saldo de R\$ 469.188,57 relacionados à bens intangíveis, composto integralmente de *softwares*.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível.

Tabela 6 – Intangível – Composição R\$ 1,00

UNIDADE GESTORA	CONTA CONTÁBIL	2º tri 2021	4º tri 2020	AH%
FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	SOFTWARE COM VIDA ÚTIL INDEFINIDA	469.188,57	469.188,57	-
TOTAL		469.188,57	469.188,57	-

Fonte: Tesouro Gerencial 2021

No intangível, destaca-se o item *Software* com Vida Útil Indefinida, que representa 100% do grupo, totalizando 41 *softwares* para diversas finalidades da instituição. Dentre os *softwares* registrados neste grupo, o de maior relevância está contabilizado por um montante de R\$ 71.490,00, o qual representa 15,23% do total do grupo e tem como função o gerenciamento do sistema de bibliotecas.

Redução ao valor recuperável de ativos – *Impairment*

A UFPEL deve avaliar os ativos do intangível quando há indícios de não recuperação do seu valor contábil. Os ativos vinculados ao desenvolvimento e aqueles que têm vida útil indefinida, deve-se realizar a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Nesse sentido, não foram executados testes de *Impairment* no ativo intangível ao longo do 2º trimestre de 2021.

Nota 05 – Fornecedores e Contas a Pagar

Ao final do 2º trimestre de 2021, a Universidade Federal de Pelotas apresentou um saldo aproximado de R\$ 7,8 milhões relacionados com fornecedores e contas a pagar, sendo 61,67% do total de obrigações a pagar de longo prazo e 38,33% de curto prazo.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros, bem como por circulante e não circulante.

	2º tri 2021	4º tri 2020	R\$1,00 AH (%)
Circulante	3.009.239,97	1.432.116,18	110,13
Nacionais	3.009.239,97	1.432.116,18	110,13
Estrangeiros	-	-	-
Não Circulante	4.842.408,00	5.326.648,80	-9,09
Nacionais	4.842.408,00	5.326.648,80	-9,09
Estrangeiros	-	-	-
Total	7.851.647,97	6.758.764,98	16,17

Fonte: Tesouro Gerencial 2021

O saldo global dos fornecedores e contas a pagar apresenta elevação de 16,17% ao final do 2º trimestre de 2021. Esse aumento é influenciado, principalmente pelos fornecedores e contas a pagar de curto prazo, já que demonstraram variação positiva de 110,13% no período em relação ao 4º trimestre de 2020, sendo estas obrigações integralmente de fornecedores nacionais. Tal elevação, é oriunda da diminuição caixa e equivalente de caixa devido a morosidade nos recebimentos de repasses financeiros efetuados pela Secretaria de Planejamento e Orçamento do MEC, ocasionando acúmulo de passivo.

Cabe frisar, que não houve aumento de despesas liquidadas, bem como restos a pagar liquidados que ocasionasse uma acentuada elevação no saldo de fornecedores a pagar, pelo contrário, na Demonstração das Variações Patrimoniais, houve redução de 6,45% no uso de bens, serviços e consumo de capital fixo.

Já nos fornecedores de longo prazo houve redução de 9,09% no período devido a transferências de parcelas do longo para o curto prazo dos valores a pagar à Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica conforme a sua exigibilidade e liquidez.

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando-se as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar ao final do 2º trimestre de 2021.

Tabela 8 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Unidade Gestora Contratante - composição R\$ 1,00

UNIDADE GESTORA	2º TRI 2021	4º TRI 2020	AH%
154047 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	7.829.919,19	6.734.374,20	16,27
154145 HOSPITAL ESCOLA DA UFPEL	21.728,78	24.390,78	(10,91)
TOTAL	7.851.647,97	6.758.764,98	16,17

Fonte: Tesouro Gerencial 2021

De acordo com a tabela 8, a unidade gestora UFPEL é responsável por 99,72% do total a ser pago à terceiros, enquanto que o Hospital Escola representa apenas 0,28% dos valores comprometidos com fornecedores e contas a pagar ao final do 2º trimestre de 2021.

Na UFPEL, há saldo de fornecedor de longo prazo referente a dívida junto a companhia de energia elétrica no montante aproximado de R\$ 4,8 milhões. Esse montante, corresponde a aproximadamente 60% do saldo de fornecedores a pagar. Já os fornecedores de curto prazo a pagar, os maiores saldos estão relacionados ao consumo de energia elétrica e com prestadores de serviços terceirizados, tais como

fornecimento de alimentação, vigilância, bem como despesas oriundas de contrato de locações prediais e aquisições de materiais de consumo.

Na tabela apresentada a seguir, relacionam-se os quatro fornecedores mais significativos e o saldo a pagar ao final do 2º trimestre de 2021.

Tabela 9 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor – composição R\$ 1,00

FORNECEDORES	2º tri 2021	AV (%)
COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETTRICA	5.568.769,20	70,92
REFEICOES NORTE SUL EIRELI	592.889,21	7,55
PLANSERVICE TERCEIRIZACAO DE SERVICOS - EIRELI	424.030,08	5,40
ALBR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.	267.351,64	3,41
DEMAIS	998.607,84	12,72
Total	7.851.647,97	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial 2021

Em relação aos fornecedores elencados na tabela 9, estes representam aproximadamente 75,88% do total das obrigações com terceiros a pagar. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

(a) COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELÉTRICA: Fornecimento de energia elétrica referente a exercícios anteriores, assinado termo de acordo de dívida em 08 de novembro 2012, pagamento de 240 parcelas mensais. Saldo de 138 parcelas a pagar;

(b) REFEICOES NORTE SUL EIRELI: - Valor devido ao fornecedor referente a fornecimento de refeições coletivas para o Restaurante Universitário e Casa do estudante, contratos 02/2018 e 74/2019;

(c) PLANSERVICE TERCEIRIZACAO DE SERVICOS - EIRELI: Valores devidos ao fornecedor referente a prestação de serviços gerais em Capão do Leão e Pelotas nos meses de abril e maio de 2021, contrato 33/2018.

(d) ALBR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA: - Valor devido ao fornecedor referente a fornecimento de material de coudelaria para o biotério central.

Nota 06 - Patrimônio Líquido – Ajustes de Exercícios Anteriores

O Patrimônio Líquido ou situação patrimonial líquida pode ser compreendido como a diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações, reconhecida no Balanço Patrimonial como patrimônio líquido. Assim, a situação patrimonial líquida pode resultar em um montante positivo ou negativo. Outro ponto a destacar no patrimônio líquido, é o resultado obtido, que deve ser evidenciado o do exercício corrente segregado dos resultados acumulados de exercícios anteriores.

Nesse sentido, ocorrem fatos contábeis que não pertencem ao exercício corrente, para estes há uma conta específica no grupo “Resultados Acumulados” para evidenciar os impactos no patrimônio da entidade denomina “Ajustes de Exercícios Anteriores”. Essa conta, registra o saldo decorrente de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Desse modo, a tabela 10 demonstra resumidamente os saldos de ajustes anteriores que impactam a situação patrimonial líquida do órgão.

Tabela 10 – Ajustes de Exercícios Anteriores – R\$ 1,00

SALDO INICIAL 2021	AJUSTES A DÉBITO	AJUSTES A CRÉDITO	SALDO AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
6.682.178,49	-6.809.136,38	44.845,80	-82.112,09

Fonte: Tesouro Gerencial 2021.

Com base na tabela 10, houve ajustes realizados a débito e a crédito até o término do 2º trimestre de 2021, resultando em uma redução patrimonial líquida de aproximadamente R\$ 82 mil. Como principal fator para

esse decréscimo, destaca-se a reclassificação do saldo de cerca de R\$ 6,5 milhões de ajustes de exercícios anteriores apurado no final do exercício 2020 para conta superávit ou déficit de exercícios anteriores.

Nota 07 - Obrigações Contratuais

Ao final do 2º trimestre de 2021 a Universidade Federal de Pelotas apresenta um saldo aproximado de R\$ 126 milhões relacionados a obrigações contratuais, referente a instrumentos jurídicos que possam provocar alterações no patrimônio do órgão nos próximos exercícios financeiros.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 11 – Obrigações Contratuais – Composição R\$ 1,00

Obrigações Contratuais	2º tri 2021	4º tri 2020	AH (%)
Aluguéis	3.600.293,88	2.443.565,99	47,34
Fornecimento de Bens	2.619.289,49	3.130.825,92	-16,34
Seguros	14.834,72	14.582,24	1,73
Serviços	119.906.970,86	106.855.523,43	12,21
Total	126.141.388,95	112.444.497,58	12,18

Fonte: Tesouro Gerencial 2021

Com base na tabela 11, as obrigações contratuais apresentaram elevação de 12,18% no 2º trimestre de 2021 em relação ao 4º trimestre de 2020. Dessas obrigações, destacam-se aquelas relacionadas com Serviços, que representam 95,06% do total das obrigações contratuais assumidas pelo Órgão ao final do 2º trimestre de 2021.

Cumprе salientar, que a elevação de saldo das obrigações contratuais foi influenciada, principalmente, pelos aditamentos de contratos de serviços, bem como por contratos de alugueis, gerando um montante líquido de aproximadamente R\$ 14,2 milhões a mais a serem executados neste exercício e nos posteriores.

Na sequência, apresenta-se a tabela relacionando-se as unidades gestoras contratantes com os valores a executar na data base de 30/06/2021.

Tabela 12 – Obrigações Contratuais – Por Unidade Gestora Contratante R\$ 1,00

UNIDADE GESTORA	2º TRI 2021	4º TRI 2020	AH (%)
UFPEL	121.899.666,45	110.041.512,14	10,78
Hospital Escola	4.226.887,78	2.388.403,20	76,98
Total	126.126.554,23	112.429.915,34	12,18

Fonte: Tesouro Gerencial 2021

Com base na tabela 12 constata-se que a unidade gestora UFPEL é responsável por 96,65% do total contratado, enquanto que o Hospital Escola, representa apenas 3,35% dos valores com contratos celebrados a serem executados.

Ademais, a unidade gestora UFPEL apresentou elevação de 10,78% ao fim do 2º trimestre de 2021 em comparação com 4º trimestre de 2020. Esse aumento de aproximadamente R\$ 11,2 milhões líquidos no período, é atribuído especialmente, pelas obrigações contratuais relativas a serviços, que apresentaram uma elevação de 10,73% no período, oriunda de novos contratos firmados e aditamentos de contratos em execução, estendo a vigência desses instrumentos.

Dentre as obrigações contratuais com serviços, pode destacar aquelas relacionadas a execução de obras, locação de mão de obra para apoio técnico, administrativo e operacional, bem como serviço de vigilância, monitoramento e limpeza.

Na tabela apresentada a seguir, relacionam-se os fornecedores com os contratos mais significativos, bem como os saldos a serem executados na data base de 30/06/2021.

Tabela 13 – Obrigações Contratuais – Por Contratado – Órgão R\$ 1,00

FORNECEDORES	2º tri 2021	AV (%)
COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRI. DE ENERGIA ELÉTRICA	34.379.650,94	27,25
REFEICOES NORTE SUL EIRELI	10.024.498,52	7,95
SULCLEAN SERVICOS LTDA	9.408.113,90	7,46
PLANSERVICE TERCEIRIZACAO DE SERVICOS EIRELLI	7.933.700,44	6,29
DEMAIS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	64.395.425,15	51,05
	126.141.388,95	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial 2021

Em relação aos fornecedores contratados elencados na tabela 13, pode-se afirmar que esses contratos representam aproximadamente 48,95% do valor total de serviços e fornecimento de bens a serem executados. Isso corresponde a um montante de cerca de R\$ 61,7 milhões de obrigações contratuais que podem ser liquidadas pelo órgão no ano corrente e nos exercícios subsequentes. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

- (a) Contratado Companhia Estadual de Energia Elétrica – CNPJ: 08.467.115/0001-00: Fornecimento de energia elétrica, despesa referente a exercícios anteriores. Assinado termo de acordo de dívida em 08 de novembro 2012 pagamento de 240 parcelas, sendo 102 parcelas quitadas até a data base 30/06/2021;
- (b) Refeições Norte Sul Eireli – CNPJ 97.531.702/0001-33: primeiro aditamento ao contrato 74/2019, referente a serviços de alimentação coletiva, vigência: 26/10/2020 a 25/10/2021.
- (c) Sulclean Serviços Ltda – CNPJ: 06.205.427/0001-02: Terceiro aditamento ao contrato 35/2017, referente a prestação de serviços continuados de limpeza pelo período de 14/03/2021 a 13/11/2022;
- (d) Planservice Terceirização de Serviços Eirelli - CNPJ 04.970.088/0001-25: Sétimo aditamento ao contrato 33/2018 referente contratação de empresa para prestação de serviços continuados de manutenção predial e de áreas externas, vigência: 01/01/2021 a 21/03/2022;

Nota 08 - Precatórios

Precatórios e requisições de pequeno valor (RPV) são requisições expedidas pelos tribunais para que os entes públicos (neste caso, a União), façam os pagamentos a que foram condenados nos processos judiciais. Esses valores precisam ser incluídos na Lei Orçamentária Anual para serem pagos. Se requeridos até 1º de julho de cada ano, passam a compor a proposta orçamentária do ano seguinte.

Requisições de Pequeno Valor são obrigações oriundas de decisões judiciais transitadas e julgadas, porém definidas em lei como de pequenos valores e que não se submetem ao mesmo regime de execução dos precatórios. Os créditos de requisições de pequenos valores, assim que transitado e julgado da decisão e definida a quantia certa, deverão ser pagos dentro de um prazo de sessenta dias, conforme dispõe o §3º do art. 100 da Constituição Federal. Já os pagamentos dessas obrigações que ultrapassam o limite para ser considerado “de pequeno valor” (que são os precatórios) são pagos na ordem cronológica de apresentação dos mesmos, podendo, inclusive, ultrapassar o ano em que foram reconhecidos como obrigação.

No âmbito da UFPEL, consta um total de 1,09 milhão registrado em “**Precatórios**”, em que sua composição é integralmente de curto prazo. Os Precatórios de Pessoal compõem 64,18% do total.

O registro dos precatórios de pessoal nas autarquias e fundações públicas é feito pelos tribunais regionais federais de cada região. No caso da UFPEL, esse registro é efetuado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região sediado em Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Tabela 14 – Composição de Precatórios

R\$ 1,00

Precatórios	30/06/2021	30/06/2020	AH(%)
Precatórios a Curto Prazo	1.900.780,04	16.406.240,22	-88,41
PRECATORIOS DE PESSOAL	1.219.943,96	12.021.921,48	-89,85
PRECATORIOS DE TERCEIROS	680.836,08	4.384.318,74	-84,47
Precatórios a Longo Prazo	-	-	-
PRECATORIOS DE PESSOAL	-	-	-
PRECATORIOS DE TERCEIROS	-	-	-
Total	1.900.780,04	16.406.240,22	-88,41

Fonte: Tesouro Gerencial 2021

3.2 Notas Explicativas do Balanço Orçamentário

Nota 09 Receitas Correntes

As principais arrecadações com receitas próprias auferidas pela UFPEL ao final do 2º Trimestre de 2021 são exclusivamente de natureza corrente, com destaque para o grupo “Receita de Serviços”, cujo montante apurado foi de aproximadamente R\$ 368 mil e o grupo “Receita Patrimonial” contabilizando um valor acumulado de aproximadamente R\$ 58 mil. A seguir é apresentada a tabela 15 com a composição dos grupos de receitas:

Tabela 15 – Receitas– Composição R\$ 1,00

RECEITAS ARRECADADAS DIRETAMENTE	Previsão Atualizada	Receita Realizada	% Receita Realizada
Receita Patrimonial	366.933,00	136.867,88	37,30
Aluguéis e Arrendamentos	356.847,00	124.861,39	34,99
Remuneração de Depósitos Bancários	10.086,00	12.006,49	119,04
Receita Agropecuária	8.000,00	11.888,00	148,60
Receita Agropecuária	8.000,00	11.888,00	148,60
Receitas de Serviços	2.097.440,00	705.167,74	33,62
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	721.620,00	336.367,74	46,61
Inscrições em Concursos e Processos Seletivos	1.273.820,00	368.720,00	28,95
Demais Receitas de Serviços	102.000,00	80,00	0,08
Transferências Correntes	124.000,00	16.400,00	13,23
Transf. dos Municípios e de Suas Entidades	108.000,00	-	0,00
Transferências de Instituições Privadas	16.000,00	16.400,00	102,50
Outras Receitas Correntes	61.474,00	9.578,39	15,58
Multas e Juros Previstos em Contratos	61.474,00	4.965,63	8,08
Ineniz. Por Danos Causados ao Patrim. Público	-	123,00	0,00
Outras Restituições	-	4.489,76	0,00
Receitas de Capital	352.080.348,00	0,00	0,00
Operações de Crédito	350.954.957,00	-	0,00
Alienação de Bens Moveis e Semoventes	144.150,00	-	0,00
Transferências de Capital	981.241,00	-	0,00
TOTAL	354.738.195,00	879.902,01	0,25

Fonte: Tesouro Gerencial 2021

De acordo com a tabela 15, as receitas correntes oriundas de “Inscrições em Concursos e Processos Seletivos”, são as que representaram maior arrecadação, com 41,90% do total arrecadado ao final do 2º trimestre de 2021. Tais receitas estão diretamente relacionada à taxa de inscrições de concursos e processos seletivos para provimento dos cargos de professores substitutos, professores efetivos e técnicos administrativos, entre outros processos de seleção. Até o final do 2º trimestre de 2021 foram registradas 6.901 inscrições nos processos seletivos da UFPEL. Esse número é aproximadamente 540% superior ao registrado no mesmo trimestre de 2020, sendo que financeiramente houve uma elevação de 100,15%, já que no 2º trimestre de 2020 a arrecadação foi de aproximadamente R\$ 184 mil.

Também se destacam os valores de receita referente a “Serviços Administrativos e Comerciais Gerais”, que corresponde ao ingresso de receitas cuja natureza esteja associadas as atividades educacionais do órgão, relacionadas diretamente com a formação do educando (matrículas, anuidades, etc.) bem como atividades auxiliares, de apoio ou assemelhadas. Até o término do 2º trimestre de 2021, a arrecadação nessa natureza de receita corresponde à 46,61% do previsto para o exercício de 2021.

A seguir é apresentado o gráfico demonstrando previsão e realização das receitas orçamentárias por natureza no final do 2º trimestre de 2021:

Gráfico 1 – Receitas Orçamentárias



Fonte: Tesouro Gerencial 2021

Nota 10 – Resultado Orçamentário

O Resultado orçamentário acumulado ao final do 2º trimestre de 2021 apresenta-se deficitário em aproximadamente R\$ 619 milhões. Isso ocorre devido à metodologia utilizada para cálculo do resultado orçamentário no período, que subtrai as despesas empenhadas pelo órgão das receitas arrecadadas. Como são consideradas receitas, apenas aquelas que o órgão arrecada diretamente, denominadas como fonte própria, sem levar em consideração os valores recebidos por transferências intragovernamentais, o Balanço Orçamentário sempre tende a resultar em déficit.

Nota 11 – Despesas Orçamentárias

O valor apurado de despesas empenhadas ao final do 2º trimestre de 2021 foi de aproximadamente R\$ 619,9 milhões, isso corresponde a execução de 73,01% da dotação orçamentária atualizada do exercício. Desse montante empenhado, praticamente sua totalidade está alocada em despesas correntes.

Na tabela a seguir é demonstrada a composição da execução das despesas empenhadas até o 2º trimestre de 2021:

Tabela 16 – Composição da Despesa Empenhada Por Grupos R\$ 1,00

GRUPO DE DESPESAS	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Execução%
Pessoal e Encargos Sociais	754.987.462,00	552.648.625,91	73,20



Outras Despesas Correntes	91.191.489,00	66.813.809,64	73,27
Investimentos	2.911.281,00	478.708,23	16,44
Total	849.090.232,00	619.941.143,78	73,01

Fonte: Tesouro Gerencial 2021

Com base na tabela 16, a dotação orçamentária para despesas com pessoal e encargos sociais, representa 88,92% do total dos recursos orçamentários, enquanto que apenas 0,08% estão reservados para investimentos e 10,74% destinados a outras despesas correntes. Dentre as três dotações, aquela destinada para outras despesas correntes atrelada a manutenção e custeio das atividades da universidade já foi executado cerca de 73,27% da dotação disponibilizada. Já para o grupo de pessoal e encargos sociais, a execução é de aproximadamente 73,20% do saldo da dotação atualizada verificado ao final do 2º trimestre de 2021.

Na tabela a seguir é demonstrada as categorias de gastos com Pessoal e Encargos Sociais empenhadas por natureza de despesa de maior relevância no 2º trimestre de 2021:

Tabela 17 – Desp. Empenhadas na Categ. de Gasto Pessoal e Encargos Sociais por Natureza de Despesa composição R\$ 1,00

NATUREZA DESPESA	DESPESAS EMPENHADAS		AH%
	2º TRI 2021	2º TRI 2020	
APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	122.545.198,13	123.304.632,16	(0,62)
PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	19.903.853,49	48.736.437,56	(59,16)
CONTRATACAO P/TEMPO DETERMINADO	5.395.556,41	10.870.000,00	(50,36)
CONTRIB. A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	600.000,00	750.000,00	(20,00)
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	314.304.322,03	366.934.229,71	(14,34)
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	252.000,00	477.000,00	(47,17)
SENTENCAS JUDICIAIS	6.941.010,38	5.514.636,44	25,87
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	134.163,17	161.881,74	(17,12)
OBRIGACOES PATRONAIS - OP.INTRA-ORÇAMENTARIAS	82.572.522,30	70.438.069,10	17,23
Total	552.648.625,91	627.186.886,71	(11,88)

Fonte: Tesouro Gerencial 2021

De acordo com a tabela 16, observa-se que as despesas empenhadas com a categoria de pessoal e encargos sociais reduziram em 11,88% no período em comparação com o mesmo trimestre de 2020. Dentre as naturezas de despesa elencadas que contribuiu para essa retração, destaca-se “Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil”. Tal rubrica, apresentou queda de 14,34% em comparação ao mesmo trimestre do ano anterior. A diminuição no empenhamento da despesa também ocorreu na rubrica “Pensões do RPPS e do Militar”, sendo empenhado cerca de 60% a menos que no mesmo trimestre de 2021.

No que concerne à natureza de despesa associada aos aposentados do RPPS, houve leve elevação de 0,62% das despesas empenhadas no período em análise. Esse aumento é influenciado pela rubrica de proventos que passou de R\$ 87,6 milhões no 2º trimestre de 2020 para R\$ 90,5 milhões no 2º trimestre de 2021.

Embora as despesas empenhadas com Pessoal e Encargos Sociais demonstre retração no período, ainda existe cerca de R\$ 103 milhões de dotação orçamentária disponível para execução. Tendo em vista que os empenhos para pagamento de pessoal são efetuados no começo de cada exercício com valores estimativos, ao longo do exercício esses empenhos são reforçados conforme as informações geradas no Demonstrativo de Despesa de Pessoa oriundas do SIAPE.

A seguir é apresentado à tabela 17 com as naturezas de despesas que compõe o grupo “Outras Despesas Correntes”, as quais são empenhadas para assegurar a manutenção e funcionamento da instituição:

Tabela 18 – Outras Despesas Correntes Empenhadas - composição R\$ 1,00

NATUREZA DESPESA	DESPESAS EMPENHADAS		AH%
	2º TRI /2021	2º TRI 2020	
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	20.469.137,90	15.411.632,77	32,82
AUXILIO-ALIMENTACAO	12.651.795,20	9.472.940,00	33,56
AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	7.918.205,50	5.731.424,91	38,15
INDENIZACOES E RESTITUICOES	6.163.982,74	3.875.656,29	59,04
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	6.046.703,91	11.183.122,33	(45,93)
OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	4.707.301,67	4.296.704,56	9,56
OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOA FISICA	3.239.398,25	6.387.764,74	(49,29)
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	1.574.729,70	1.154.674,00	36,38
MATERIAL DE CONSUMO	1.294.101,05	2.527.196,50	(48,79)
OUTROS SERV DE TERC. PJ (TRANSF. A INST. PRIVADAS S/ FINS LUCRAT.)	625.000,00	15.925.020,00	(96,08)
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	2.123.453,72	3.287.047,96	(35,40)
TOTAL	66.813.809,64	79.253.184,06	(15,70)

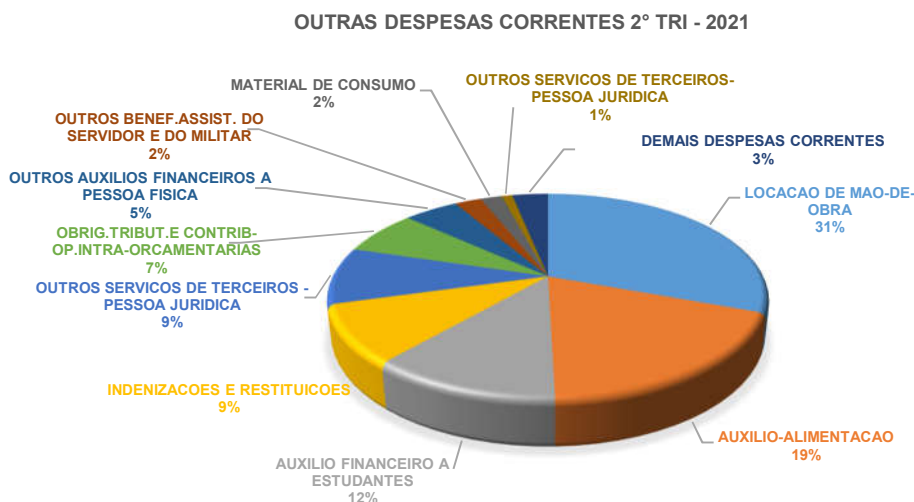
Fonte: Tesouro Gerencial 2021

Na tabela 18, o saldo total empenhado no grupo “Outras Despesas Correntes” apresenta retração de 15,70%, o que corresponde a R\$ 12,4 milhões a menos que no mesmo trimestre do exercício anterior. Entretanto, aquelas despesas empenhadas na natureza de despesa “Locação de Mão de Obra”, que englobam os serviços terceirizados (vigilância, portaria, limpeza, etc.) apresentaram elevação de 32,82% ao final do 2º trimestre de 2021 em relação ao mesmo período do ano anterior.

Já aquelas despesas que apresentaram redução no período, pode-se destacar a natureza de despesa “Outros Serv. De Terc. PJ (Transf. a Inst. Provadas S/ Fins Lucrativos), na qual a retração foi de 96,06% em relação ao mesmo trimestre de 2020. Tal fato pode ser atribuído aos empenhos emitidos no 2º semestre de 2020 para suportar despesas com convênios, em especial, com a Fundação de Apoio Delfim Mendes Silveira, que recebeu da UFPEL cerca de R\$ 15,9 milhões em repasses financeiros. Dentre esses repasses, destaca-se o montante de R\$ 12 milhões para desenvolvimento da pesquisa sobre a COVID-19, recursos que foram captados do Fundo Nacional da Saúde (FNS).

A seguir, é apresentado gráfico com a distribuição das principais naturezas de despesas empenhadas ao final do 2º trimestre de 2021 no grupo “Outras Despesas Correntes”:

Gráfico 2 – Composição do grupo “Outras Despesas Correntes”



Fonte: Tesouro Gerencial 2021

A seguir, é apresentada a tabela 19 com composição das despesas empenhadas relacionadas ao grupo de Investimentos ao final do 2º trimestre de 2021.

Tabela 19 – Despesas empenhadas – Investimentos - Composição R\$ 1,00

GRUPO DESPESA	NATUREZA DESPESA	DESPESAS EMPENHADAS		AH%
		2º TRI 2021	2º TRI 2020	
INVESTIMENTOS	OBRAS E INSTALACOES	282.041,38	1.800.000,00	(84,33)
	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	196.666,85	2.107.832,11	(90,67)
TOTAL		478.708,23	3.907.832,11	(87,75)

Fonte: Tesouro Gerencial 2021

Com base na tabela 19, pode se afirmar que ocorreu diminuição de 87,75% com despesas empenhadas associadas ao grupo de despesas Investimentos ao término do 2º trimestre de 2021 em comparação com mesmo período de 2020. Esse fato, pode ser atribuído as emissões de empenhos relacionadas com aquisição de equipamentos de tecnologia e informação, que em 2020 havia saldo empenhado de aproximadamente R\$ 1,1 milhão para essa natureza de despesa. Já no ano de 2021, o saldo empenhado de maior representatividade está atrelado a aquisição de equipamentos e utensílios médicos, odontológicos e hospitalares, que somam a quantia aproximada de R\$ 142 mil.

No que tange as despesas empenhadas com obras e instalações, houver variação negativa de 84,33% no período em relação ao mesmo trimestre de 2020. Até o final de 2º trimestre de 2021, o valor empenhado de aproximadamente R\$ 282 mil, que se refere ao apostilamento do contrato 05/2020, cujo objeto é a execução da obra da fase II do prédio para a faculdade de meteorologia e para o aulário do Capão do Leão.

Despesas relacionadas ao enfrentamento da COVID-19

No intuito de auxiliar no enfrentamento da pandemia de COVID-19, a UFPEL destinou parte do seu orçamento de custeio e manutenção da instituição para empenhar em despesas voltadas ao combate do vírus. Desse modo, até o final do 2º trimestre de 2021, a UFPEL empenhou cerca de R\$ 1,02 milhão em naturezas de despesas específicas, que contribuíram para o enfrentamento ao Coronavírus.

A seguir na tabela 20, demonstra as naturezas de despesas nas quais os recursos foram empenhados para auxílio no combate a COVID-19, bem como aqueles oriundos de Restos a Pagar.

Tabela 20 – Despesas para enfrentamento COVID-19 – composição R\$ 1,00

PLANO INTERNO	GRUPO DESPESA	NATUREZA DESPESA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS
PNAES/COVID-19 - DESPESAS DIVERSAS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	765.330,00	294.660,00	-
		MATERIAL DE CONSUMO	264.362,00	117.570,00	49.749,50
		SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ			36.000,00
TOTAL			1.029.692,00	412.230,00	85.749,50

Fonte: Tesouro Gerencial 2021

De acordo com a tabela 20, a natureza de despesa mais relevante destinada ao enfrentamento da pandemia da COVID-19 é auxílio financeiro a estudantes. Nesse sentido, o montante de aproximadamente R\$ 765 mil é relativo a auxílio internet de R\$ 90,00 conforme Edital 02/2021 da PRAE - Programa de Auxílio Inclusão Digital. Já na natureza de despesa material de consumo, os principais gastos foram realizados com gêneros de alimentação cerca de R\$ 132 mil e material de embalagem e acondicionamento pelo valor aproximado de R\$ 132 mil.



Movimentações Orçamentárias

Na tabela 21 são demonstradas as movimentações orçamentárias da UFPEL ao final do 2º trimestre de 2021, que além das dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual (LOA), também são executados créditos orçamentários de outros órgãos através de descentralizações recebidas, bem como são demonstrados os repasses efetuados a outros órgãos através das descentralizações concedidas.

Tabela 21 – Movimentação Orçamentária – Composição R\$ 1,00

Unidade Orçamentária	Grupo Despesa	2º TRI 2021								
		Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Descentralizações Recebidas (b)	Descentralizações Concedidas (c)	Despesas Empenhadas (d)	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Crédito Bloqueado (e)	Crédito Disponível (a + b - c - d - e)
SEC ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	Outras Despesas Correntes			4.000,00		4.000,00				
MINISTERIO DA EDUCACAO	Outras Despesas Correntes			3.887.277,92		3.887.277,92	3.851.660,03	3.373.708,86		
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	Pessoal e Encargos Sociais	398.648.618,00	626.627.019,00		11.332.893,00	515.449.270,34	337.867.717,03	283.380.939,21		99.844.855,66
	Outras Despesas Correntes	54.330.855,00	89.251.181,00	356.220,34	4.103.136,28	60.397.850,91	36.606.579,92	31.416.690,62	5.158.549,00	19.947.865,15
	Investimentos	2.600.826,00	2.911.281,00			478.708,23	209.545,88	197.472,77		2.432.572,77
HOSPITAL DAS CLINICAS DA FUFPEL	Pessoal e Encargos Sociais	40.601.045,00	40.601.045,00			37.199.355,57	19.466.410,04	16.841.759,74		3.401.689,43
	Outras Despesas Correntes	1.940.308,00	1.940.308,00			1.746.406,90	893.075,50	746.524,45		193.901,10



FUNDO NACIONAL DE SAUDE	Outras Despesas Correntes			850.153,93		778.273,91	743.306,97	743.306,97		71.880,02
REC. SOB. SUPERV. FUND. UNIV. FED. PELOTAS	Pessoal e Encargos Sociais	315.724.176,00	87.759.398,00						87.759.398,00	0,00
	Outras Despesas Correntes	35.230.781,00								0,00
Total		849.076.609,00	849.090.232,00	5.097.652,19	15.436.029,28	619.941.143,78	399.638.295,37	336.700.402,62	92.917.947,00	125.892.764,13

Fonte: Tesouro Gerencial 2021

Observa-se na tabela 21, que as descentralizações concedidas superaram em 202% as descentralizações recebidas. Em suma, dos créditos concedidos no valor total aproximado de R\$ 11,3 milhões, praticamente todo esse montante foi descentralizado para o Tribunal Regional Federal da 4ª Região a título de decisão judicial referente a precatórios alimentares, cuja movimentação orçamentária segue os termos do art. 24 da LDO de 2004

No que tange as descentralizações recebidas, essas são, em grande parte, oriundas do Ministério da Educação (MEC). Nesse sentido, do montante aproximado de R\$ 3,8 milhões recebidos, grande parte dessa quantia é para empenhamento de despesas com bolsas de residência médicas dos estudantes que atuam no Hospital Escola da universidade.



Nota 12 BO – Restos a Pagar

Os Restos a Pagar (RAP) são segregados em Restos a Pagar Não Processado e Restos a Pagar Processados: o primeiro tem seu saldo considerado naquelas despesas orçamentárias que foram empenhadas, mas não passaram pelo estágio da liquidação e o segundo se refere aquelas despesas que foram empenhadas, liquidadas, porém, não chegaram no estágio de pagamento da despesa.

Neste contexto, a Universidade Federal de Pelotas em 2021 registra um montante aproximado de R\$ 87,5 milhões de Restos a Pagar, sendo que 39,27% são referentes a **Restos a Pagar Processados** e 60,73% são de **Restos a Pagar Não Processados**.

A seguir são apresentadas as tabelas que demonstram o valor inscrito em Restos a Pagar, as quais estão segregadas por RP Não Processados e RP Processados e a distribuição dos valores por unidade executora, bem como pelo grupo de despesa.

Tabela 22 – Restos a Pagar Não Processados - Composição R\$ 1,00

UG Executora	Grupo Despesa	2º TRIMESTRE 2021						
		RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS INSCRITOS	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS REINSCRITOS	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS CANCELADOS	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS PAGOS	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS BLOQUEADOS
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.161.409,21	505.589,89	82.052,97	2.631.745,85	9.689.013,92	9.466.467,91	264.186,36
	INVESTIMENTOS	7.048.621,13	12.340.976,23	28,60	4.775.364,30	5.192.095,36	5.097.541,39	9.422.109,10
	Total	19.210.030,34	12.846.566,12	82.081,57	7.407.110,15	14.881.109,28	14.564.009,30	9.686.295,46
HOSPITAL ESCOLA DA UFPEL	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	36.823,33	2.112.935,99		1.514.003,59	99.199,36	99.199,36	536.556,37
	INVESTIMENTOS		161.567,90	122.300,99	27.278,91	11.988,00	11.988,00	
	Total	36.823,33	2.274.503,89	122.300,99	1.541.282,50	111.187,36	111.187,36	536.556,37
Total		19.246.853,67	15.121.070,01	204.382,56	8.948.392,65	14.992.296,64	14.675.196,66	10.222.851,83

Fonte: Tesouro Gerencial 2021

Com base na tabela 22, observa-se que do total de RP Não Processados 93,27% pertence à unidade gestora da UFPEL enquanto que apenas 6,73% pertencem ao Hospital Escola. Do saldo aproximado de R\$ 34 milhões de Restos a Pagar não Processados inscritos e reinscritos, aproximadamente 43% já foram liquidados até término do 2º trimestre de 2021, restando saldo de cerca de R\$ 8,9 milhões a serem liquidados.

Quanto ao grupo de despesas em que os saldos estão alocados, pode se observar que grande parte está concentrado no grupo de despesas “Investimentos”. Isso representa um saldo a liquidar de aproximadamente R\$ 19 milhões, o que corresponde a 56,89% do saldo total do órgão com RAP's Não Processados inscrito e reinscrito. No que tange ao saldo de RAP's a liquidar do grupo de despesa “Investimentos”, aproximadamente R\$ 4,1 milhões estão concentrados na natureza de despesa de “Obras em Andamento” e cerca de R\$ 428 mil estão alocados em empenhos destinados à aquisição de equipamentos e material permanente.



Ao término do 2º trimestre de 2021, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) bloqueou os saldos de empenhos inscritos em restos a pagar não processados a liquidar do ano de 2019. Tal procedimento, está previsto no § 2º, artigo 68 do Decreto 93.872/1986, no qual informa que os restos a pagar inscritos na condição de não processados e que não forem liquidados são bloqueados pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda em 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição. Em razão disso, o montante de cerca de R\$ 10,2 milhões em restos a pagar foi bloqueado, sendo que 94,75% desse total são saldos da unidade gestora UFPEL. Ademais, grande parte desse montante (cerca de 9,4 milhões) são relativos a natureza de despesa de investimentos.

Na sequência, é demonstrado a tabela 23 com a composição dos saldos inscritos em Restos a Pagar **Processado**, segregado por unidade gestora executora e por grupo de despesa.

Tabela 23 – Restos a Pagar Processados composição R\$ 1,00

UG Executora	Grupo Despesa	2º TRIMESTRE 2021			
		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS INSCRITOS	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS REINSCRITOS	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS A PAGAR
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	46.297.784,11		46.297.784,11	0,00
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.548.173,37	65.981,63	3.264.191,47	349.963,53
	INVESTIMENTOS	283.613,99	7.310,75	239.047,44	51.877,30
	Total	50.129.571,47	73.292,38	49.801.023,02	401.840,83
HOSPITAL ESCOLA DA UFPEL	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.305.398,09		2.305.398,09	0,00
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	616.917,87	24.390,78	619.579,87	21.728,78
	INVESTIMENTOS				
	Total	2.922.315,96	24.390,78	2.924.977,96	21.728,78
Total		53.051.887,43	97.683,16	52.726.000,98	423.569,61

Fonte: Tesouro Gerencial 2021

Os valores inscritos em RAP's Processados demonstram participação maior em relação aos Restos a Pagar não processados, devido ao saldo do grupo de despesas "Pessoal e Encargos Sociais". Isso ocorre, por conta de uma alteração na rotina de emissão de ordens bancárias no início de 2019. Essa modificação sistêmica, acaba ocasionando morosidade no registro do pagamento da folha de pessoal de dezembro. Desse modo, mesmo com a folha de pessoal da competência de dezembro paga no próprio mês, o atraso sistêmico em registrar o fato contábil acarreta em inscrição de valores em Restos a Pagar Processados no grupo de despesa de "Pessoal e Encargos Sociais". Logo, o saldo foi baixado integralmente pelo registro do pagamento somente em janeiro de 2021, conforme demonstrado nas colunas de RAP's Processados Pagos e Restos Processados a Pagar.

A seguir é apresentada a tabela 24, que demonstra a distribuição do montante dos restos a pagar processados e não processados quanto ao ano de emissão de empenho.

Tabela 24 – Restos a Pagar Processados e Não Processados por ano de emissão de empenho composição R\$ 1,00

Ano Emissão da NE	2º TRIMESTRE 2021				
	RESTOS A PAGAR INSCRITOS (PROC E N PROC)	RESTOS A PAGAR CANCELADOS (PROC E N PROC)	RESTOS A PAGAR PAGOS (PROC E N PROC)	RESTOS A PAGAR A PAGAR (PROC E N PROC)	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS BLOQUEADOS
2008	1.137,86			1.137,86	
2009	18.743,65			18.743,65	
2010	17.817,04			17.817,04	
2011	239,90			239,90	
2013	33.837,68			33.837,68	
2014	574,50			574,50	
2015	323,40			323,40	
2016	118.554,39	117.762,39		792,00	
2018	600.428,69		218.238,72	382.189,97	
2019	14.667.907,97	66.529,80	2.750.279,97	11.851.098,20	10.222.851,83
2020	72.057.929,19	20.090,37	64.432.678,95	7.605.159,87	
Total	87.517.494,27	204.382,56	67.401.197,64	19.911.914,07	10.222.851,83

Fonte: Tesouro Gerencial 2021

Com base na tabela 24, podemos afirmar que do saldo aproximado R\$ 87,5 milhões de Restos a Pagar Inscritos (Processados e Não Processados) cerca de 77,01% já foram pagos, com destaque para os NE inscritos no ano de emissão de 2020, que ao final do 2º trimestre de 2021 foram quitados mais de R\$ 64,4 milhões de saldo dos empenhos de 2020 inscritos em RAP's.

No entanto, dos R\$ 26,3 milhões de empenhos inscritos em Restos a Pagar Processados e Não Processados na condição de “a pagar”, 97% desse saldo referem-se a empenhos emitidos entre 2019 a 2020. Cabe destacar, que praticamente todos esses saldos são oriundos dos empenhos inscritos em Restos a Pagar **Não Processados**, já que o saldo de Restos a Pagar **Processados** corresponde apenas R\$ 423 mil.

Nos empenhos de anos de emissão 2008 a 2013 constata-se valores em **Restos a Pagar Processados a Pagar**, pendentes ainda de pagamento devido à ocorrência de processos judiciais. Alguns destes valores pendentes de quitação estão distribuídos da seguinte forma:

- R\$ 30.387,50 para empresa Cisplatatur Viagens e Turismo Ltda. processo judicial nº 5003470-92.2012.404.7110/RS;
- R\$ 7.310,75 para empresa Hana Engenharia Ltda. processo judicial nº 5001773-02.2013.404.7110/RS;
- R\$ 33.837,68 para Canguru Plásticos Ltda. processo judicial nº 5004054-28.2013.4.04.7110/RS;

Quanto aos estoques de RAP's inscritos, o órgão vem adotando medidas para diminuição dos mesmos. Neste sentido, ao final do exercício de 2018 foram canceladas aproximadamente R\$ 8,4 milhões de saldo de notas de empenhos emitidas nos anos que compreende 2010 a 2017 e em 2019 houve cancelamento de R\$ 5,8 milhões. Tal procedimento teve como principal razão a adequação ao Ofício-Circular 12/2018/GAB/SPO/SPO-MEC de 28 de fevereiro de 2018, que menciona a determinação contida no

Acórdão 2823/2015-TCU-Plenário, solicitando justificativas para a manutenção dos estoques de Restos a Pagar.

Em 2020, com base no art. 68 do Decreto 93.872/1986 os saldos de empenhos emitidos em 2018 inscritos em Restos a Pagar foram bloqueados em 30 de junho de 2020. Após essa data, cerca de R\$ 203 mil de saldo de empenhos inscritos RAP's foram cancelados.

Em 2021, no dia 30/06/2021 os empenhos de 2019 inscritos e restos a pagar não processados a liquidar foram bloqueados, o que correspondeu a cerca de R\$ 10,2 milhões. Desse montante, aproximadamente R\$ 8,7 milhões são referente a investimentos com obras e instalações.

3.3 Notas Explicativas do Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro é uma demonstração contábil que tem por objetivo evidenciar as receitas e despesas extraorçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transfere para o início do exercício seguinte.

Nota 13 - Ingressos

A seguir, a tabela 25 evidencia as receitas orçamentárias classificadas quanto a categoria econômica, fonte de recursos, origem da receita e espécie da receita;

Tabela 25 – Receitas Orçamentárias – Composição R\$ 1,00

Categoria Econômica	Fonte Recursos	Origem Receita	Espécie Receita	2º TRIMESTRE 2021		
				RECEITA ORÇAMENTARIA (BRUTA)	DEDUÇÕES DA RECEITA	RECEITA ORÇAMENTARIA (LÍQUIDA)
RECEITAS CORRENTES	REC.PROPRIOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	RECEITA PATRIMONIAL	EXPLORACAO PATRIMONIO IMOBILIARIO DO ESTADO	124.861,39	-	124.861,39
		RECEITA AGROPECUARIA	RECEITA AGROPECUARIA	11.888,00	-	11.888,00
		RECEITA DE SERVICOS	SERVICOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	706.004,14	(916,40)	705.087,74
			OUTROS SERVICOS	160,00	(80,00)	80,00
		TRANSFERENCIAS CORRENTES	TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS	16.400,00	-	16.400,00
		OUTRAS RECEITAS CORRENTES	MULTAS ADMINISTRAT., CONTRATUAIS E JUDICIAIS	4.965,63	-	4.965,63
			INDENIZACOES, RESTITUICOES E RESSARCIMENTOS	4.612,76	-	4.612,76
	REC.VINC.A APLIC.EM OUTRAS POLITICAS PUBLICAS	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	INDENIZACOES, RESTITUICOES E RESSARCIMENTOS	-	-	-
	RECURSOS DE CONVENIOS	TRANSFERENCIAS CORRENTES	TRANSF.DOS MUNICIPIOS E DE SUAS ENTIDADES	-	-	-
	RECURSOS PROPRIOS FINANCEIROS	RECEITA PATRIMONIAL	VALORES MOBILIARIOS	12.006,49	-	12.006,49
RECEITAS DE CAPITAL	RECURSOS DE CONVENIOS	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	TRANSFER.DOS MUNICIPIOS E DE SUAS ENTIDADES	-	-	-
Total				880.898,41	(996,40)	879.902,01

Fonte: Tesouro Gerencial 2021

A tabela 25 demonstra as receitas orçamentárias arrecadadas diretamente pelo órgão, denominadas “receitas próprias”, não levando em consideração as transferências financeiras recebidas da setorial financeira do MEC para execução de despesas orçamentárias, que são mais bem evidenciadas no balanço financeiro, no grupo “Transferências Financeiras Recebidas”.

Quanto à destinação dessas receitas arrecadas, podemos afirmar que são integralmente vinculadas, ou seja, existe a vinculação entre a origem e aplicação do recurso. Ao aferir as receitas no término do 2º trimestre de 2021, observa-se redução de 5,30% na arrecadação em relação ao mesmo trimestre de 2020, uma diminuição aproximada de R\$ 49 mil.

Dentre as arrecadações, as receitas da categoria econômica denominada “Receitas Correntes” representaram maior relevância, em especial, a receita de espécie “Serviços Administrativos e Comerciais

Gerais”, que corresponde a 80,13% do total da Receita Orçamentária Líquida. Essas receitas, por sua vez, estão relacionadas principalmente com os ingressos financeiros oriundos de “taxa de inscrição em concursos e processos seletivos” e “serviços administrativos e comerciais gerais”, nos quais estão mais bem detalhados no Balanço Orçamentário no item “Receitas Correntes”.

As transferências financeiras recebidas refletem as movimentações entre Órgãos Federais da Administração direta ou indireta. A seguir, na tabela 26 detalha os movimentos financeiros por fonte de recursos destinados para atendimento da execução orçamentária.

Tabela 26 – Transferências Financeiras por fonte de recurso composição R\$ 1,00

Fonte Recursos	2º TRIMESTRE 2021					
	REPASSE RECEBIDO	SUB-REPASSE RECEBIDO	TRANSF. RECEBIDAS PARA PGTO DE RP	DEMAIS TRANSF. RECEBIDAS	MOVIMENTACOES DE SALDOS PATRIMONIAIS	TOTAL
NAO SE APLICA					1.006.575,78	1.006.575,78
RECURSOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	249.520.155,07	159.515,22	4.331.450,76	4.880,00		254.016.001,05
FUNDO SOCIAL- PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE			105.115,51			105.115,51
RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO		1.425,00	56.603,25			58.028,25
COMP.FIN.PELA PROD.DE PETR.,GAS NAT.E OUTROS	3.851.660,03		146.175,85			3.997.835,88
TITULOS DE RESPONSABIL.DA TN- OUTRAS APLICACOES			8.040.149,24	5.000,00		8.045.149,24
REC.PROPRIOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	4.000,00	2.238,49	1.371,54			7.610,03
RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL	102.690.804,71	20.359.485,54	46.293,33			123.096.583,58
REC.DEST.ATIVIDADES-FINS DA SEGURIDADE SOCIAL	813.324,70		20.986,78			834.311,48
CONTRIB.DO SERV.PARA O PLANO SEG.SOC.SERV.PUB	22.674.384,68					22.674.384,68
CONTR.PATRONAL PARA O PLANO SEG.SOC.SERV.PUB.	17.109.844,95					17.109.844,95
OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS			86.090,00			86.090,00
REC.VINC.A APLIC.EM POLITICAS PUB.ESPECIFICAS						
RECURSOS FINANCEIROS DE LIVRE APLICACAO			269.936,46			269.936,46
Total	396.664.174,14	20.522.664,25	13.104.172,72	9.880,00	1.006.575,78	431.307.466,89

Fonte: Tesouro Gerencial 2021

Os saldos de valores recebidos por transferências financeiras ao final do 2º trimestre de 2021 apresentam variação negativa de 1,49% em relação ao mesmo período do exercício anterior, o que corresponde a um decréscimo de aproximadamente R\$ 6,5 milhões. Esse grupo de contas representa a principal entrada financeira da UFPEL, cerca de 55,70% do total de ingressos monetários do Órgão contabilizados ao final do 2º trimestre de 2021.

Destaca-se a diminuição de transferências financeiras referente aos repasses de valores para pagamento de Restos a Pagar, cuja redução é de 27,02%. Isso corresponde uma retração de aproximadamente R\$ 4,8 milhões em relação ao mesmo trimestre de 2020. Tal fato, é atribuído, especialmente, a diminuição de

liquidações de restos a pagar no período, o que pode ser observado no Balanço Orçamentário, em Restos a Pagar Não Processados.

Em relação a destinação da receita orçamentária recebida por transferências, 58,89% desse montante são de fontes de recursos ordinários, cuja alocação entre a origem e aplicação dos mesmos é de livre aplicação, sem destinação específica, ou seja, não estão vinculadas a nenhum órgão ou programação específica.

A tabela a seguir evidencia os principais ingressos por Recebimentos Extraorçamentários e sua composição quanto ao grupo de despesa:

Tabela 27 – Recebimentos Extraorçamentários – Inscrições dos Restos a Pagar composição R\$ 1,00

CONTA CONTÁBIL	GRUPO DESPESA	2º TRI 2021	2º TRI 2020	AH%
INSCRIÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	195.314.498,84	279.128.588,63	(30,03)
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	24.719.187,22	23.840.103,32	3,69
	INVESTIMENTOS	269.162,35	3.731.059,93	(92,79)
	TOTAL	220.302.848,41	306.699.751,88	(28,17)
INSCRIÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	57.111.428,12	54.354.393,21	5,07
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.814.391,52	8.885.958,58	(34,57)
	INVESTIMENTOS	12.073,11	54.825,00	(77,98)
	TOTAL	62.937.892,75	63.295.176,79	(0,56)
TOTAL		283.240.741,16	369.994.928,67	(23,45)

Fonte: Tesouro Gerencial 2021

Os recursos extraorçamentários levam em considerações a inscrição dos restos a pagar. Esses, tem a função de compensar a despesa orçamentária imputada como realizada, porém, não paga no exercício de emissão do empenho, conforme dispõe o art. 103 da lei 4.320/1964. Logo, os valores que tratam dos recebimentos extraorçamentários em relação aos restos a pagar estão vinculados aos créditos orçamentários empenhados e créditos orçamentários liquidados a pagar.

Neste sentido, de acordo com a tabela 27, observa-se uma variação negativa de 23,45% ao final do 2º trimestre de 2021, ou seja, apresenta uma redução na inscrição Restos a Pagar de aproximadamente R\$ 86,7 milhões em relação ao mesmo trimestre de 2020. Desse montante, 77,78% do total dos recebimentos extraorçamentários estão relacionados com a inscrição de **RP Não Processados**, em especial, os créditos destinados a atender despesa com “Pessoal e Encargos Sociais”, que no período apresenta retração de 30,03%.

No que concerne a Inscrição de RP Processados, o valor correspondente a “outras despesas correntes” apresenta retração de 34,57% ao final do 2º trimestre de 2021 em relação ao mesmo período de 2020. Tal decréscimo está associado, principalmente, aos valores empenhados para transferências a instituições privadas sem fins lucrativos, ou seja, fundações de apoio. Em junho de 2020, a UFPEL havia liquidado cerca de R\$ 3,5 milhões para repasse financeiro à Fundação Delfin Mendes Silveira relativo a pesquisa sobre a COVID-19, assim, com o término do convênio em 2020 junto a fundação de apoio, não havendo renovação do instrumento em 2021, os repasses cessaram.

Nota 14 – Dispendios

Na tabela a seguir são demonstradas as despesas orçamentárias por fonte de recursos e ação de governo:

Tabela 28– Despesas orçamentárias composição R\$ 1,00

Fonte Recursos	Ação Governo		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS EMPENHADAS	AH%
			2º TRI 2021	2º TRI 2020	
RECURSOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	00P1	APOIO A RESIDENCIA EM SAUDE	0,00	695.393,80	(100,00)
	09HB	CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O	74.513.437,99	62.003.686,10	20,18



	20GK	FOMENTO AS ACOES DE GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI	794.591,47	769.977,63	3,20
	20RK	FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	29.130.842,06	28.337.624,10	2,80
	20TP	ATIVOS CIVIS DA UNIAO	296.783.570,02	355.369.106,20	(16,49)
	212B	BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MI	13.886.485,54	10.319.492,00	34,57
	216H	AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXILIO-MORADIA A AGENTES PUB	0,00	12.763,01	(100,00)
	21C0	ENFRENTAMENTO DA EMERGENCIA DE SAUDE PUBLICA DE IMPORTANCIA	0,00	657.213,44	(100,00)
	4002	ASSISTENCIA AO ESTUDANTE DE ENSINO SUPERIOR	10.025.452,91	7.556.044,68	32,68
	4086	FUNCIONAMENTO E GESTAO DE INSTITUICOES HOSPITALARES FEDERAIS	0,00	344.200,00	(100,00)
	4572	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q	24.428,73	45.317,57	(46,09)
	8282	REESTRUTURACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE E	767.338,32		#DIV/0!
FUNDO SOCIAL- PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	00P1	APOIO A RESIDENCIA EM SAUDE	0,00	2.102.167,41	(100,00)
	8282	REESTRUTURACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE E	0,00	1.325.013,00	(100,00)
COMP.FIN.PELA PROD.DE PETR.,GAS NAT.E OUTROS	00P1	APOIO A RESIDENCIA EM SAUDE	3.887.277,92		-
REC.PROPRIOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	00PW	CONTRIBUICOES A ENTIDADES NACIONAIS SEM EXIGENCIA DE PROGRAM	50.484,68	50.333,68	0,30
	20RK	FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	73.497,83	100.197,21	(26,65)
	20VF	FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	4.000,00		-
RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL	0181	APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	86.048.316,49	48.672.544,10	76,79
	0536	BENEFICIOS E PENSOES INDENIZATORIAS DECORRENTES DE LEGISLACA	432.324,00	543.924,00	(20,52)
	09HB	CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O	6.717.802,14	6.189.383,00	8,54
	2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	6.162.281,90	4.120.742,20	49,54
	20TP	ATIVOS CIVIS DA UNIAO	30.220.196,93	29.403.454,91	2,78
	212B	BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MI	1.269.238,60	984.099,00	28,97
	21C0	ENFRENTAMENTO DA EMERGENCIA DE SAUDE PUBLICA DE IMPORTANCIA	0,00	12.000.000,00	(100,00)
	2E79	EXPANSAO E CONSOLIDACAO DA ATENCAO BASICA (POLITICA NACIONAL	0,00	400.000,00	(100,00)
REC.DEST.ATIVIDADES-FINS DA SEGURIDADE SOCIAL	219A	PISO DE ATENCAO PRIMARIA A SAUDE	6.444,68	429,34	1.401,07
	21BF	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVACAO EM SAUDE	0,00	5.625.840,00	(100,00)
	21CE	IMPLEMENTACAO DE POLITICAS DE ATENCAO PRIMARIA A SAUDE	625.000,00		-
	8585	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO PARA PROCEDIMENTOS EM MEDIA E A	146.829,23	106.206,34	38,25



CONTRIB.DO SERV.PARA O PLANO SEG.SOC.SERV.PUB	0181	APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	36.583.830,79	49.688.712,40	(26,37)
CONTR.PATRONAL PARA O PLANO SEG.SOC.SERV.PUB.	0181	APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	21.781.471,55	75.860.000,00	(71,29)
RECURSOS PROPRIOS FINANCEIROS	20RK	FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	6.000,00		-
RECURSOS DE CONVENIOS	20RK	FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	0,00	47.147,39	(100,00)
REC.VINC.A APLIC.EM POLITICAS PUB.ESPECIFICAS	00P1	APOIO A RESIDENCIA EM SAUDE	0,00	4.867.756,49	(100,00)
RECURSOS FINANCEIROS DE LIVRE APLICACAO	15R3	APOIO A EXPANSAO, REESTRUTURACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUI	0,00	249.512,26	(100,00)
RECURSOS FINANCEIROS DE LIVRE APLICACAO	20RK	FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	0,00	1.800.000,00	(100,00)
RECURSOS FINANCEIROS DE LIVRE APLICACAO	8282	REESTRUTURACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE E	0,00	99.621,62	(100,00)
Total			619.941.143,78	710.347.902,88	(12,73)

Fonte: Tesouro Gerencial 2021

De acordo com a tabela 28, as despesas orçamentárias apresentam retração de 12,73%, influenciadas principalmente pelos recursos vinculados, cuja variação negativa ao final do 2º trimestre de 2021 é de 19,86% em relação ao mesmo trimestre de 2020. O mesmo ocorre com o montante das despesas ordinárias, no qual observa-se uma diminuição da ordem de 9,04% ao final do 2º trimestre de 2021.

Nesse sentido, as despesas orçamentárias empenhadas com recursos ordinários, ou seja, aquelas de livre aplicação, tem como principal ação de governo, os ativos civis da união, que correspondem a 47,87% do total das despesas orçamentárias ao final 2º trimestre de 2021. Nesta ação de governo específica, a natureza de despesa de maior relevância é vencimentos e vantagens fixas de pessoal (cerca de R\$ 285 milhões), que apresenta uma retração de 15,61% ao final do 2º trimestre de 2021, ou seja, uma diminuição de aproximadamente R\$ 52,7 milhões. Contudo, como os saldos das despesas orçamentárias é composta com os valores do crédito orçamentário empenhado, à medida que o orçamento é executado a retração apresentada no 2º trimestre de 2021 tende a diminuir no decorrer do exercício.

No que tange a ação de governo relacionadas com as “Aposentadorias e Pensões Civis da União”, com recursos vinculados, destaca-se a elevação de aproximadamente R\$ 37,3 milhões no período, financiada em grande parte com os recursos livres da seguridade social. Esse aumento é associado a remuneração dos aposentados, que no ano anterior era financiada com os recursos da contribuição do servidor para o plano de seguridade social do servidor público e que no exercício de 2021, também passam a ser pagas com a fonte denominada “recursos livres da seguridade social”.

Transferências Financeiras Concedidas

As transferências financeiras concedidas representaram 2,99% do dispêndio do Órgão e são impactadas principalmente pelas execuções orçamentárias, através dos sub-repasses concedidos entre as unidades gestoras da UFPEL e Hospital Escola. A finalidade desses sub-repasses entre a UFPEL e o HE, em geral, são para pagamento da folha de pessoal, visto que o recurso financeiro é recebido na unidade UFPEL e posteriormente sub-repassado ao Hospital Escola. Contudo, ocorre o equilíbrio financeiro, já que é uma operação entre contas do mesmo órgão como podemos observar no Balanço Financeiro, cujo valor de R\$ 20.522.664,25 é o mesmo para as contas “Sub-repasse Concedido” e Sub-repasse Recebido”.

Pagamentos Extraorçamentários

Os dispêndios extraorçamentários compreendem aqueles pagamentos que não se submetem ao processo da execução orçamentária. Dentre esses, os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores compreendem tais dispêndios e representam 8,71% do total do desembolso financeiro do órgão ao final do 2º trimestre de 2021.

No que tange ao pagamento de Restos a Pagar Processados, destaca-se a importância de aproximadamente R\$ 52,7 milhões pagas até o final do 2º trimestre de 2021. Tal montante, em grande parte, está associado a inscrição de RAP's do grupo de despesa de "Pessoal e Encargos Sociais". Isso ocorre devido alteração na rotina de emissão de ordens bancárias estabelecida no fim de 2018. Em vista disso, o registro de pagamento da folha de pessoal da competência de dezembro de 2020 é refletido em janeiro de 2021, como já mencionado em notas explicativas anteriores.

Nos desembolsos relacionados ao Restos a Pagar Não Processados, estes apresentam redução de 8,13% ao término do 2º trimestre de 2021 em relação ao mesmo período de 2020. Isso é atribuído, em geral, a uma menor liquidação desses empenhos, como pode ser observado no Balanço Orçamentário. Desse modo, a redução de aproximadamente R\$ 1,2 milhão nas liquidações de empenhos inscritos em Restos a Pagar Não Processados contribuíram para diminuição dos desembolsos com pagamentos extraorçamentários.

Resultado Financeiro

Segundo a lei 4.320/1964, o Balanço Financeiro demonstrará as receitas e despesas orçamentárias, bem como recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentárias, conjugados com os saldos em espécie do exercício anterior e os que se transfere para o exercício seguinte. Com base nesse conceito, o resultado financeiro apresentado no Balanço Financeiro ao final do 2º trimestre de 2021 foi superavitário em R\$ 5.512.785,90. No entanto, este resultado não deve ser entendido como superávit financeiro do período, pois esta apuração é obtida no Balanço Patrimonial.

3.4 Notas Explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais

Nota 15 - Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA

As Variações Patrimoniais Aumentativas ao final do 2º trimestre de 2021 totalizaram um montante aproximado de R\$ 480,7 milhões. Esse montante é 4,08% superior ao do mesmo período do ano anterior. Em relação a essa elevação, pode ser atribuída, principalmente pelo ganho com a desincorporação de passivos, que no período, apresenta uma alta de 107,27% ao final do 2º trimestre de 2021 em relação ao mesmo trimestre de 2020.

A desincorporação de passivo supracitada, está relacionada, especialmente, com a prestação de contas do de dois Termo de Execução Descentralizada (TED) firmados junto ao Fundo Nacional da Saúde em 2013, pelo montante aproximado de R\$ 19 milhões. Esses instrumentos têm como objetivo o aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde, por meio da educação e formação em saúde, fomentando o desenvolvimento de metodologias e tecnologias educacionais, bem como expandir e consolidar a estratégia da saúde da família através de pesquisa sobre a atenção básica. Considerando que o montante de R\$ 19 milhões estava registrado no balanço patrimonial no passivo em "Demais Obrigações a Curto Prazo", ao baixar o valor pela comprovação da aplicação do recurso ocasionou um registro de VPA de ganho com desincorporação de passivos.

Dentre o grupo de contas contábeis de maior representatividade na VPA, pode-se destacar "Transferências e Delegações Recebidas", que perfaz um montante aproximado de R\$ 433,3 milhões, ou seja, representa aproximadamente 90,15% do total das Variações Patrimoniais Aumentativas. Neste grupo são registrados os valores financeiros recebidos através de repasse e sub-repasses dos órgãos do MEC e de outros ministérios do governo federal, refletindo contabilmente na conta "Caixa e Equivalente de Caixa" no Balanço Patrimonial, viabilizando os pagamentos das despesas orçamentárias e extraorçamentárias do órgão no decorrer do exercício.

Também podemos salientar neste grupo de contas, as "Transferências Intragovernamentais" que são oriundas de repasses e sub-repasses recebidos para execução da despesa orçamentária. A seguir é apresentada a tabela com a composição desse grupo de contas por unidade gestora executora:

Tabela 29 – Transferências Intragovernamentais por Unidade Gestora Executora – composição R\$ 1,00

Unidade Gestora Executora	2º tri 2021	2º tri 2020	AH(%)
UG 154047 Fundação Universidade Federal de Pelotas	408.443.305,70	412.002.793,66	-0,86



UG 154145 Hospital Escola da UFPEL	24.914.655,05	26.676.500,35	-6,60
Total	433.357.960,75	438.679.294,01	-1,21

Fonte: SIAFI 2021

De acordo com a tabela 29, a maior parte das Transferências Intragovernamentais concentra-se na unidade gestora da UFPEL, representando 94,25% do total das receitas recebidas com transferências, enquanto a unidade gestora Hospital Escola representa apenas 5,75% ao fim do 2º trimestre de 2021. Tais transferências geram contrapartida na conta contábil do ativo no BP, denominada “Limite de Saque Com Vinculação de Pagamento”, que são segregados em diversas fontes de recursos para atender despesas de custeio, pagamento de pessoal, contribuições previdenciárias, investimentos e dentre outras despesas obrigatórias e discricionárias do órgão.

Na unidade gestora Hospital Escola apresentou diminuição de 6,60% de recebimento de Transferências Intragovernamentais no 2º trimestre de 2021. Isso pode ser justificado pela implementação integral da gestão da EBSEH, na qual passa a receber recursos orçamentários diretamente na sua Unidade Gestora para fazer frente aos compromissos, que até então, eram da gestão do Hospital Escola (HE). Contudo, cabe destacar que algumas despesas contratuais ainda são executadas no âmbito do HE, bem como gastos com a folha de pessoal, que são pagas pelo Hospital Escola da UFPEL.

Na tabela 30 é apresentado o grupo das principais contas que compõe o grupo de Transferências e Delegações Recebidas:

Tabela 30 – Transferências e Delegações Recebidas – Composição – R\$ 1,00

CONTA CONTÁBIL	2º TRI 2021	2º TRI 2020	AH%
REPASSE RECEBIDO	396.664.174,14	398.555.941,92	(0,47)
SUB-REPASSE RECEBIDO	20.522.664,25	20.166.672,87	1,77
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA PGTO DE RP	13.104.172,72	17.956.124,15	(27,02)
DEMAIS TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	9.880,00		-
MOVIMENTACOES DE SALDOS PATRIMONIAIS	1.006.575,78	1.131.056,93	(11,01)
TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS		63.000,00	(100,00)
TRANSF. INSTIT. PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	16.400,00		-
DOACOES/TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	2.034.093,86	806.498,14	152,21
TOTAL	433.357.960,75	438.679.294,01	(1,21)

Fonte: Tesouro Gerencial 2021

Em relação à tabela 30, a conta “Repasse Recebido” é a principal conta no grupo de “Transferências e Delegações Recebidas”, representando 91,53% dos valores recebidos. Grande parte deste montante corresponde a importâncias oriundas da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do MEC. Tais recursos financeiros, impactam a conta “Caixa e Equivalente de Caixa” no Balanço Patrimonial, de modo a fazer frente ao pagamento de despesas discricionárias e obrigatórias do Órgão.

Ao Final do 2º trimestre de 2021, o “Repasse Recebido” apresenta retração de 0,47% em relação ao mesmo trimestre de 2020, gerando variação negativa de cerca de R\$ 1,8 milhão. No mesmo sentido, o grupo de contas “Transferências Recebidas para Pagamento de Restos a Pagar” apresentou retração de 27,02% em relação ao mesmo período do ano anterior. Tal diminuição, pode ser justificada principalmente, pelos empenhos inscritos em restos a pagar não processados a liquidar, cujo saldo liquidado ao final do 2º trimestre de 2021 foi 8,15% menor que o mesmo trimestre de 2020. Logo, uma menor liquidação desses empenhos inscritos em restos a pagar, enseja menor repasse financeiro para quitação desses passivos.

No que tange o grupo de contas “Doação/Transferências Recebidas” houve variação positiva de 152,21% ao final do 2º trimestre de 2021 em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa elevação foi

influenciada, em especial, pela a doação recebida de uma propriedade no montante aproximado de R\$ 578 mil, registrada pela Superintendência de Patrimônio da União em abril de 2021.

Além disso, existe volume significativo de doações recebidas das fundações de apoio, que durante ou no término de convênios firmados junto a UFPEL no desenvolvimento de projetos e pesquisas, repassam os bens adquiridos à concedente dos recursos. Esses ativos são compostos de bens de consumo, máquinas, equipamentos, entre outros.

Ademais, integram aos saldos de doações recebidas, os valores dos bens oriundos de comodatos, passando a ser evidenciados em contas do ativo imobilizado em contrapartida as Variações Patrimoniais Aumentativas. Até o término do 2º trimestre de 2021, os bens recebidos em comodatos perfizeram um montante de aproximadamente R\$ 400 mil.

Nota 16 - Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD

As Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) atingiram um montante de cerca de R\$ 444 milhões ao final do 2º trimestre de 2021, registrando uma diminuição de 3,71% em comparação com o mesmo período de 2020. Como principais retrações do 2º trimestre de 2021 em relação ao mesmo trimestre de 2020, pode-se atribuir ao grupo de contas “Transferências e Delegações Recebidas”, que apresenta uma variação negativa de 35,49% influenciada pela redução de transferências intergovernamentais. Essa conta registra as despesas com repasses financeiros a outras entidades do governo federal, estadual, municipal, inclusive a entidades privadas sem fins lucrativos, como fundações de apoio.

No que tange às VPD's relacionadas com “Pessoal e Encargos Sociais”, bem como aquelas que registram as despesas com “Benefícios Previdenciários e Assistenciais” apresentam elevação ao final do 2º trimestre de 2021. Esses dois grandes grupos de contas são descritos na sequência.

A tabela 31 demonstra a VPD com as contas contábeis mais representativas do grupo Pessoal e Encargos Sociais:

Tabela 31 – VPD Pessoal e Encargos Sociais composição R\$ 1,00

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2º TRI 2021	2º TRI 2020	AH%
GRATIFICACOES	79.965.076,88	77.554.300,29	3,11
VENCIMENTOS E SALARIOS	73.576.894,02	71.274.598,75	3,23
CONTRIBUICAO PATRONAL PARA O RPPS	40.722.539,10	37.853.504,03	7,58
FERIAS - RPPS	19.537.877,35	19.036.749,57	2,63
13. SALARIO - RPPS	14.674.534,73	14.289.059,13	2,70
AUXILIO ALIMENTACAO	7.032.559,51	7.038.431,74	(0,08)
SENTENCAS JUDICIAIS - PESSOAL ATIVO RPPS	4.955.728,59	2.833.478,30	74,90
ABONOS	2.746.701,74	2.390.457,23	14,90
VENCIMENTOS E SALARIOS	2.435.325,04	4.259.331,19	(42,82)
CONTRIBUICAO PARA O PASEP S/ FOLHA PAGAMENTO	1.970.487,03	1.920.574,18	2,60
CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - INSS	1.180.178,03	1.596.633,54	(26,08)
OUTRAS VPD'S PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.640.235,03	4.536.623,83	(41,80)
TOTAL	251.438.137,05	244.583.741,78	2,80

Fonte: Tesouro Gerencial 2021.

De acordo com a tabela 31, o grupo de contas “Pessoal e Encargos Sociais” registrou variação positiva de 2,80% no período em relação ao mesmo trimestre de 2020. Essa elevação teve como influência principal, o aumento de despesas com a contribuição patronal para o RPPS, cuja variação positiva dessa rubrica é de 7,58%, o que equivale a cerca de R\$ 2,8 milhões a mais que no mesmo trimestre de 2020.

Dentre as VPD's elencadas na tabela 31, destaca-se Gratificações, que é a mais representativa do grupo, com 31,80% do total das despesas de Pessoal e Encargos Sociais. As Gratificações englobam as funções por exercício de cargo, por exercício de funções, tempo de serviço, incentivo a qualificação, exercício de cargo em comissão entre outras. Dentre elas, a Retribuição por Titulação (RT) é a mais significativa que compõe essa rubrica, somando um montante de aproximadamente R\$ 60,5 milhões no período. As gratificações RT são aquelas devidas aos docentes da carreira do Magistério Superior em conformidade com a jornada de trabalho, classe, nível e titulação comprovada.

Outro grupo de contas que impacta significativamente as Variações Patrimoniais Diminutivas, é "Benefícios Previdenciários e Assistências". Tal grupo de contas, representa 25,65% das VPD's incorridas ao término do 2º trimestre de 2021, com montante de aproximadamente R\$ 123,2 milhões.

A seguir é apresentada a tabela 32, com as principais contas que compõe o saldo do grupo "Benefícios Previdenciários e Assistências" ao final do segundo trimestre de 2021.

Tabela 32 – VPD Benefícios Previdenciários e Assistências composição R\$ 1,00

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTÊNCIAS	2º TRI 2021	2º TRI 2020	AH%
PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	80.391.157,37	79.332.345,93	1,33
PENSOES CIVIS	15.482.098,70	14.311.786,45	8,18
GRATIFICACOES	9.051.543,31	9.299.602,17	(2,67)
13 SALARIO - PESSOAL CIVIL16/91	7.866.908,47	7.823.636,88	0,55
SENTENCAS JUDICIAIS - APOSENTADORIAS RPPS	4.786.200,01	4.849.604,67	(1,31)
ASSISTENCIA A SAUDE	3.674.434,24	3.714.525,12	(1,08)
13 SALARIO - PESSOAL CIVIL - PENSIONISTAS	1.314.583,21	1.211.853,85	8,48
SENTENCAS JUDICIAIS - PENSOES RPPS	278.174,48	331.079,14	(15,98)
PENSOES INDENIZATORIAS - LEGISLACAO ESPECIAL	215.186,04	231.718,26	(7,13)
AUXILIO FUNERAL	210.688,33	142.662,66	47,68
AUXILIO NATALIDADE	19.118,25	25.710,75	(25,64)
Total	123.290.092,41	121.274.525,88	1,66

Fonte: Tesouro Gerencial 2021.

Com base na tabela 32, esse grupo de VPD apresenta elevação de 1,66% ao fim do 2º trimestre de 2021, o que corresponde uma variação líquida positiva de aproximadamente R\$ 2 milhões em relação ao mesmo trimestre do exercício anterior. Essa elevação foi influenciada, em especial, pela conta de "Pensões Civis" com variação positiva de 8,18% ao final do 2º trimestre de 2021 em comparação com o mesmo trimestre de 2020.

Dentre as rubricas elencadas na tabela 32, pode-se destacar o auxílio funeral, que ao final do 2º trimestre de 2021 apresentou elevação de 47,68% em relação ao mesmo trimestre de 2020. Cabe ressaltar que o auxílio funeral é pago em decorrência do art. 226 da Lei 8112/1990. Esse dispositivo legal, prevê pagamento à família do servidor falecido ativo ou aposentado, em valor equivalente a um mês da remuneração ou provento, podendo ser pago a terceiros que comprovadamente custear as despesas com o funeral do servidor.

Nesse sentido, ao término do 2º trimestre de 2021 foram registrados 29 pagamentos de auxílio funeral totalizando cerca de R\$ 210 mil, enquanto que no mesmo período de 2020 foram registrados 15 pagamentos totalizando cerca de R\$ 142 mil. Isso, corresponde a uma elevação 93,33% no número de pagamentos efetuados até o 2º trimestre 2021 comparado com o mesmo trimestre de 2020.

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

O grupo de contas contábeis "Uso de Bens, Serviços e Cons. de Capital Fixo", compreende o somatório das Variações Patrimoniais Diminutivas com manutenção e operação do órgão, excetuando as despesas com

pessoal e encargos, que são registradas em grupos específicos, como já demonstradas anteriormente na presente nota explicativa.

O montante com VPD relacionado a “Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo” foi de aproximadamente R\$ 27,3 milhões. Esse saldo apresenta diminuição de 6,45% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, sendo influenciado principalmente pelas VPD's relacionadas a serviços.

A seguir é apresentada a tabela com as principais contas que compõe o grupo “Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo”.

Tabela 33 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo – composição R\$ 1,00

VPD - BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE BENS DE CAPITAL	2º TRI 2021	2º TRI 2020	AH%
SERVICOS DE APOIO ADM, TECNICO E OPERACIONAL	16.083.486,04	17.194.644,94	(6,46)
FORNECIMENTO DE ALIMENTACAO	3.398.382,48	2.075.195,20	63,76
MATERIAL DE CONSUMO IMEDIATO	2.146.808,69	3.000.029,61	(28,44)
SERV.AGUA E ESGOTO,ENER.ELETR.,GAS E OUTR.-PJ	1.968.302,79	2.662.510,94	(26,07)
LOCACAO E ARRENDAMENTO MERCANTIL OPERACIONAL	1.673.106,05	1.783.352,47	(6,18)
SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	513.469,57	479.660,49	7,05
SERV.AGUA ESGOTO,ENER.EL.,GAS E OUTR.-PJ-MUN	482.492,58	108,83	443.245,20
SERVICOS COMUNICACAO, GRAFICO E AUDIOVISUAL	379.714,16	308.475,90	23,09
DEPRECIACAO DE BENS IMOVEIS	233.774,69	499.774,32	(53,22)
LOCACOES E ARRENDAMENTOS - PF	154.616,03	157.919,76	(2,09)
OUTRAS VPD'S - SERV., BENS E CONS. DE BENS DE CAPITAL	347.649,00	1.108.525,54	(68,64)
Total	27.381.802,08	29.270.198,00	(6,45)

Fonte: Tesouro Gerencial 2021

De acordo com a tabela 33, grande parte das contas elencadas apresentaram retração no período, ocasionando uma diminuição de 6,45% no 2º trimestre de 2021 em relação ao mesmo trimestre de 2020. Dentre as principais contas de VPD que contribuíram para diminuição do valor do grupo no período, destaca-se “Serviço de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional”, e “Serviço de água, energia elétrica e gás - PJ”. A variação negativa dessas duas contas, representam uma diminuição de aproximadamente R\$ 1,8 milhão em comparação com o mesmo período de 2020.

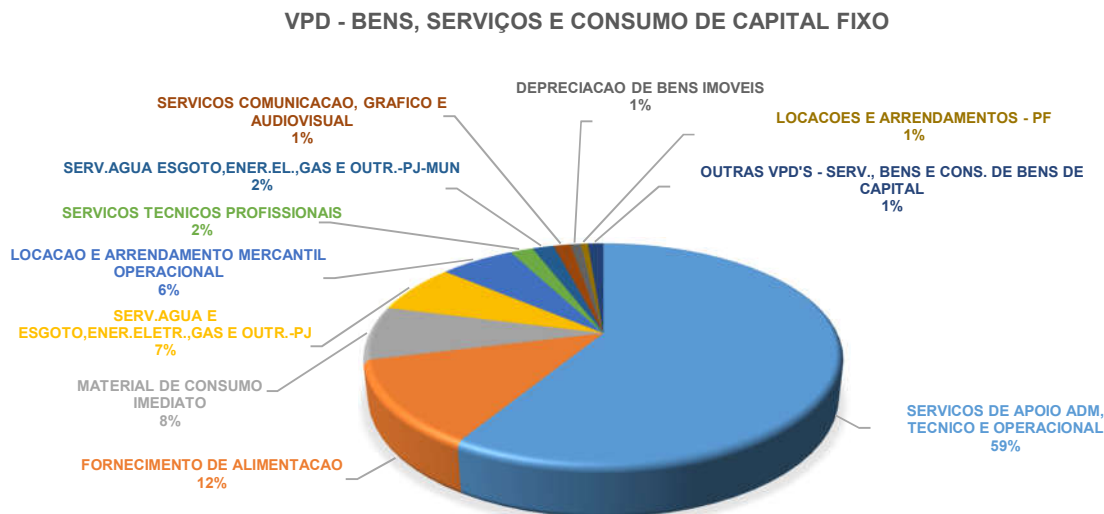
Com relação a “Serviço de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional”, a redução de 6,46% pode ser atribuída aos valores executados com locação de mão de obra. Esses serviços estão relacionados a prestação de serviço limpeza, vigilância, portaria entre outros em que o contrato especifique o quantitativo de pessoal. Ocorre que ao término do 2º trimestre de 2021, as despesas liquidadas com serviços de motorista, manutenção predial, limpeza e vigilância apresentaram uma diminuição de aproximadamente R\$ 1,1 milhão em relação ao 2º trimestre de 2020.

Uma outra redução significativa que contribuiu para a diminuição do valor do grupo “Bens, Serviços, consumo de Capital Fixo” foi a VPD com “Serviços de Água, esgoto, energia elétrica, gás entre outros – PJ”. Nessa conta, que consolida diversos serviços, os valores preponderantes são de consumo de energia elétrica. Nesse sentido, em virtude da pandemia da COVID-19, grande parte das atividades de ensino pesquisa extensão não estão sendo executadas nas instalações da UFPEL. Em função disso, o consumo de energia elétrica reduziu, refletindo uma economia de cerca de R\$ 690 mil no 2º trimestre de 2021 em comparação com o mesmo trimestre do ano anterior.

Por outro lado, a Variação Patrimonial Diminutiva com Fornecimento de Alimentação apresentou elevação de 63,76% ao término do 2º trimestre de 2021 em relação ao mesmo período de 2020. Tal elevação, está associada ao sexto aditivo ao contrato 02/2018, cujo objeto é a prestação de serviços de alimentação coletiva efetuada junto aos Restaurantes Universitários da UFPEL. O referido contrato, em seu sexto aditivo teve os valores de seus objetos reajustado em 4,54%.

A seguir é apresentado o gráfico 03, que demonstra as principais contas que compõe a VPD de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo no 2º trimestre de 2021:

Gráfico 3 - Principais VPD's do 2º trimestre de 2021



Fonte: Tesouro Gerencial 2021

Nota 17 - Resultado Patrimonial do Período

A DVP demonstra as mutações ocorridas no patrimônio em cada exercício financeiro, isto é, evidencia as alterações nos bens, direitos e obrigações do órgão utilizados para a consecução das suas políticas públicas e indica o resultado patrimonial do exercício, que é agregado ao Patrimônio Líquido - PL no grupo de "Resultados Acumulados" do item Resultado do Exercício. Em suma, a DVP evidencia a contrapartida (aumentativa ou diminutiva) dos registros realizados no Balanço Patrimonial, que aumentam ou diminuem o patrimônio, à exceção dos fatos permutativos e dos ajustes de exercícios anteriores (que têm como contrapartida o PL, sem passar pelo resultado).

Neste 2º trimestre de 2021, a UFPEL apresentou um resultado patrimonial positivo de R\$ 36,5 milhões, em função das variações patrimoniais diminutivas (desincorporações de ativos e incorporações de passivos) terem sido inferiores às variações patrimoniais aumentativas (incorporações de ativos e desincorporações de passivos).

Tabela 34 – DVP: Resultado patrimonial do período R\$1,00

Demonstração Variações Patrimoniais	2º tri 2021	2º tri 2020	AH (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas	480.710.020,32	461.863.698,91	4,08
(-) Variações Patrimoniais Diminutivas	444.169.243,79	461.289.304,18	-3,71
Resultado Patrimonial do Período	36.540.776,53	574.394,73	6.261,61

Fonte: SIAFI 2021

3.5 Notas Explicativas da Demonstração Dos Fluxos De Caixa – DFC

Nota 18 - DFC: Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa

A União, por adotar o princípio da unidade de caixa (Conta Única), tem a geração líquida de caixa e equivalente de caixa apresentada na Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC) o resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro.

Neste contexto, a geração líquida de caixa e equivalente de caixa gerada nas atividades de Operações, Investimento e Financiamento foi positiva em R\$ 5,5 milhões ao final do 2º trimestre de 2021. Com isso, a

geração líquida de caixa variou positivamente em 62,27% em relação ao mesmo período do exercício anterior, em virtude do saldo maior do caixa e equivalente caixa final no 2º trimestre de 2021. A seguir, é demonstrado a tabela 35 com os saldos iniciais e finais de caixa e equivalente de caixa.

Tabela 35 - Geração de Caixa e Equivalente de Caixa – Saldo Inicial e Final composição R\$ 1,00

RESULTADO FINANCEIRO BF X DFC	2º TRI 2021	2º TRI 2020	AH%
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	58.347.197,38	58.519.452,89	-0,29
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	63.859.983,28	61.916.797,90	3,14
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	5.512.785,90	3.397.345,01	62,27

Fonte: SIAFI 2021

De acordo com a tabela 35, a variação positiva de 62,27% na geração líquida de caixa foi explicada, em especial, pelos saldos de caixa e equivalente de caixa final que apresentou elevação de 3,14% em comparação com o mesmo trimestre de 2020. Ademais, esses saldos tiveram como principal influência o fluxo de caixa das atividades operacionais, cujos desembolsos apresentam diminuição de aproximadamente R\$ 9,3 milhões em relação ao mesmo trimestre de 2020, uma retração de 2,17% no período.

Tal movimento de fluxo de caixa pode ser atribuído, principalmente, pelas saídas de caixa relacionadas com os desembolsos de transferências concedidas, cuja a retração é de 15,64% ao término do 2º trimestre de 2021 em comparação com mesmo trimestre do ano anterior. Isso, é atribuído especialmente aos repasses financeiros a Fundação de Apoio no desenvolvimento da pesquisa emergencial contra a COVID-19 pelo montante de R\$ R\$ 8,5 milhões até o término do 2º trimestre de 2020. Considerando que os repasses financeiros para pesquisa cessaram em 2020 e que não houve repasses em 2021 para financiar a referida pesquisa, isso contribuiu para variação negativa de 15,64% na saída de caixa das Transferências Concedidas.

Adiante, são apresentadas as atividades que contribuem para a formação de caixa do órgão.

Atividades operacionais: compreendem as entradas e saídas de caixa, isto é, os ingressos de recursos decorrentes da arrecadação de receitas orçamentárias e extraorçamentárias e os desembolsos efetuados tanto para o pagamento de despesas orçamentárias quanto extraorçamentárias do órgão.

Atividades de investimento: estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais do órgão, por tratar-se de investimentos. As receitas de capital compreendem a constituição de dívidas, a conversão em espécie de bens e direitos (alienações), reservas, bem como as transferências de capital recebidas. As despesas de capital, por sua vez, correspondem àquelas realizadas com o propósito de formar e/ou adquirir ativos reais, abrangendo, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente e concessões de empréstimos. (<http://www.tesouro.gov.br/-/glossario>).

Atividades de financiamento: compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida. Compreendem também a integralização do capital social de empresas dependentes

A seguir é apresentada os fluxos de caixa por atividades, que contribuem para o aumento na formação de caixa do órgão, conforme tabela 36 transcrita abaixo:

Tabela 36 - Geração de Caixa e Equivalente de Caixa por Atividades composição R\$ 1,00

Atividades	2º TRI 2021	2º TRI 2020	AH%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	11.058.835,50	7.889.622,27	40,17
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-5.546.049,60	-4.492.277,26	23,46
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-	-
Total	5.512.785,90	3.397.345,01	62,27

Fonte: SIAFI 2021

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais

O fluxo de caixa das atividades operacionais compreende os ingressos e desembolsos de recursos orçamentários e extraorçamentários que impactam as entradas e saídas de caixa, influenciando os recebimentos e pagamentos orçamentários e extraorçamentários do órgão.

Nota 19 – DFC: Ingressos

Dos ingressos, o grupo de conta denominado “Outros Ingressos Operacionais” contribuem com 99,80% das entradas de caixa, perfazendo um montante aproximado de R\$ 431,9 milhões ao final do 2º trimestre de 2021. Esse valor, apresentou diminuição de 1,40% em relação ao 2º trimestre de 2020. Entre as contas que compõe esse grupo, podemos salientar as “Transferências Financeiras Recebidas” cujos ingressos, de maneira geral, são oriundos da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do MEC e dos demais órgãos da Administração Pública, destinadas para pagamentos de despesas orçamentárias e extraorçamentárias (Restos a Pagar) do ano corrente e de compromissos de exercícios anteriores.

A seguir, é apresentada a tabela 37 elencando as receitas denominadas “próprias”, ou seja, aquelas que são arrecadadas diretamente pelo órgão:

Tabela 37 - Receitas Originárias e Derivadas composição R\$ 1,00

RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	2º tri 2021	2º tri 2020	AH%
Receita Patrimonial	124.861,39	167.683,02	-25,54
Receita Agropecuária	11.888,00	12.120,00	-1,91
Receita Industrial	-	-	-
Receita de Serviços	705.167,74	596.440,23	18,23
Remuneração das Disponibilidades	12.006,49	10.245,93	17,18
Outras Receitas Derivadas e Originárias	9.578,39	58.805,53	-83,71
Transferências Recebidas	16.400,00	63.000,00	-73,97
TOTAL	879.902,01	908.294,71	-3,13

Fonte: SIAFI 2021

Na tabela 37, estão demonstrados os ingressos provenientes de receitas denominadas “próprias” da UFPEL, que impactam o caixa e equivalente de caixa ao término do 2º trimestre de 2021. Essas entradas de caixa registram diminuição de 3,13% em comparação com o mesmo trimestre do exercício anterior. Tal redução foi influenciada, principalmente, pela retração de 83,71% com “Outras Receitas Derivadas e Originárias”, que corresponde, principalmente, aos ingressos decorrentes de multas e juros previstos em contratos e outras restituições que não sejam classificadas em nenhuma outra natureza de receita.

Outra natureza de receita que contribui para redução de ingressos no caixa e equivalente de caixa foram “Transferências Recebidas” com redução de 73,97% nos ingressos financeiros ao final do 2º trimestre de 2021 em comparação com o mesmo trimestre do exercício anterior. Os valores preponderantes registrados nessa conta ao fim do 2º trimestre de 2020 eram decorrentes de transferências recebidas do município de Pelotas em função de convênio firmado para ações conjuntas visando prestação de serviços odontológicas aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), com repasses mensais de R\$ 9 mil para UFPEL. Ao final do 2º trimestre de 2021 não houve registro de transferências recebidas do município de Pelotas.

Nota 20 – Desembolsos

Os desembolsos na Demonstração do Fluxo de Caixa são apresentados pela função¹ de governo e não pelo elemento de despesa (categoria econômica) como ocorre no Balanço Orçamentário.

Assim, com base nesse conceito, ao final do 2º trimestre de 2021 os desembolsos das atividades operacionais (Pessoal e Demais Despesas + Transferências Concedidas + Outros Desembolsos) totalizam

¹ A função pode ser traduzida como o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público. Reflete a competência institucional do órgão, como, por exemplo, cultura, educação, saúde, defesa, que guarda relação com os respectivos Ministérios. Há situações em que o órgão pode ter mais de uma função típica, considerando-se que suas competências institucionais podem envolver mais de uma área de despesa. Nesses casos, deve ser selecionada, entre as competências institucionais, aquela que está mais relacionada com a ação. Portaria Interministerial SOF/STN nº 163/2001 e Manual Técnico de Orçamento. <http://www.orcamentofederal.gov.br/informacoesorcamentarias/mt0>

cerca de R\$ 421,7 milhões, o que corresponde a uma redução de 1,40% em relação ao mesmo período de 2020. Desse montante, destacam-se os desembolsos relacionados com a função Educação, que representa 57,64% das saídas de caixa e equivalente de caixa das atividades operacionais ao final do 2º trimestre de 2021.

A seguir é apresentada a tabela 38 com os desembolsos incorridos nos fluxos de caixa das atividades operacionais no 2º trimestre de 2021:

Tabela 38 – Desembolsos das Atividades Operacionais

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2º TRI 2021	2º TRI 2020	AH%
DESEMBOLSOS	-421.741.530,18	-431.092.849,25	-2,17
Pessoal e Demais Despesas	-353.906.881,16	-356.101.789,22	-0,62
Previdência Social	-109.619.913,06	-108.306.816,26	1,21
Saúde	-226.896,44	-4.549.862,58	-95,01
Educação	-243.101.609,94	-243.035.464,48	0,03
Gestão Ambiental	-740.459,46	-43.931,44	1585,49
Encargos Especiais	-220.696,78	-231.716,96	-4,76
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	2.694,52	66.002,50	-95,92
Transferências Concedidas	-44.645.974,98	-52.920.675,67	-15,64
Intragovernamentais	-43.939.311,63	-41.563.481,24	5,72
Outras Transferências Concedidas	-706.663,35	-11.357.194,43	-93,78
Outros Desembolsos Operacionais	-23.188.674,04	-22.070.384,36	5,07
Dispêndios Extraorçamentários	-62.309,45	-111.399,59	-44,07
Transferências Financeiras Concedidas	-23.126.364,59	-21.958.984,77	5,32

Fonte: SIAFI 2021

Dentre os desembolsos elencados na tabela 38, destaca-se “Gestão Ambiental” que demonstra elevação de 1.585,49% no período em relação ao mesmo trimestre de 2020. Isso é atribuído, em especial, pelo valor dos desembolsos com serviços técnico e operacional para manutenção das atividades da Barragem da Eclusa do Canal São Gonçalo.

Já os desembolsos das atividades operacionais na função “Saúde” apresentam retração de 95,01%, gerando impacto de aproximadamente R\$ 4,5 milhões ao fim do 2º trimestre de 2021. Tal diminuição, está associada aos desembolsos com a atenção básica de saúde decorrentes de repasses financeiro a Fundação Delfin Mendes Silveira para desenvolvimento de pesquisas sobre a COVID-19, bem como pesquisas relativas a atividades físicas. Considerando que esses repasses são efetuados por meio de convênio junto a referida fundação de apoio e que grande parte do valor pactuado é referente a pesquisa da COVID-19, o qual foi integralmente transferido em 2020, ao término do 2º trimestre de 2021 houve repasses financeiros menores para cumprimento dos demais convênios firmados junto a fundação de apoio.

Sobre a função “Educação”, podemos detalhar os desembolsos por subfunção, o que representa um nível de agregação imediatamente inferior à função e evidencia cada área da atuação governamental, por intermédio da agregação de determinado subconjunto de despesas e identificação da natureza básica das ações que se agrupam em torno das funções.

A tabela 39 demonstra os desembolsos por subfunções que compõe a função de educação:

Tabela 39 - Subfunções da função educação composição R\$ 1,00

FUNÇÃO GOVERNO	SUBFUNÇÃO GOVERNO	2º TRI 2021	2º TRI 2020	AH%
EDUCACAO	ADMINISTRACAO GERAL	2.023,00	254.353,11	(99,20)
	FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	278.382,38	32.575,52	754,58
	ATENCAO BASICA	10.593.452,53	3.720.549,88	184,73
	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	15.657.735,23	15.776.216,69	(0,75)
	PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	1.355.062,36	8.502.602,81	(84,06)
	ENSINO SUPERIOR	215.013.138,48	214.749.166,47	0,12
	EDUCACAO BASICA	201.815,96	0,00	-
TOTAL		243.101.609,94	243.035.464,48	0,03

Fonte: Tesouro Gerencial 2021



Com base na tabela 39, é possível conhecer os desembolsos relacionado aos fluxos de caixa das atividades operacionais por subfunção. A subfunção é a partição da função e, de modo geral, combina-se com a função típica da área ou do setor, embora não se restrinja a ela. Tendo em vista que a UFPEL é um órgão que desempenha atividades do ensino, pesquisa e extensão, seus desembolsos na função educação concentram-se na subfunção ensino superior. Assim, essa subfunção representa 88,45% dos gastos com a função educação.

No que tange a subfunção governo “Proteção e Benefícios ao Trabalhador”, os desembolsos efetuados apresentaram retração de 84,06% ao final do 2º trimestre de 2021 em relação ao mesmo trimestre de 2020. Essa retração de aproximadamente R\$ 7,1 milhões é atribuída a diminuição de pagamentos com contratações de servidores por tempo determinado, auxílio alimentação, auxílio transporte entre outras.

Por outro lado, os desembolsos com a subfunção governo “Atenção Básica” apresenta elevação de 184,73% no término do 2º trimestre de 2021 em relação ao mesmo período do exercício anterior. Nesse sentido, a elevação nos gastos com essa subfunção estão associados, em grande parte, com ressarcimento de assistência médica e odontológica e auxílio alimentação.